



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 69 — S. PAULO, FEVEREIRO-MARÇO DE 1963 — Redação: R. CONSELHEIRO FURTADO, 191 E/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

PELA LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL!

Tarrafal crime contra a humanidade

A Conferência de Forças Anti-Fascistas Portuguesas, realizada em Dezembro passado, que foi a primeira do género levada a efeito pela Oposição, marca o início de uma nova fase, talvez decisiva, da nossa luta pela Libertação Nacional.

De acordo com as conclusões, recomendações e resoluções que constam do texto que publicamos noutro local deste jornal, a Conferência estudou e adotou os meios de ação capazes de conduzir o povo português ao levantamento nacional popular contra a engrenagem salazarista. A destruição dessa engrenagem dará lugar, conforme solene garantia dos participantes na Conferência, em nome das forças que representavam, ao estabelecimento de um regime democrático, através dos futuros representantes populares livremente eleitos.

Na fase atual da luta, entretanto, todos os participantes foram unânimes em reconhecer a necessidade de uma melhor estruturação da organização destinada a enformar e galvanizar a unidade combatente dos diversos setores anti-fascistas e de todos os patriotas portugueses, em ações dos mais variados tipos, tanto defensivas como ofensivas perante o aparelho de repressão salazarista. A proclamação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, o fortalecimento da Junta Patriótica Central e a criação do Conselho da Frente correspondem a essa finalidade e certamente darão, em futuro próximo, os melhores resultados no campo da ação.

Não só no território português se trava, todavia, a luta pela Libertação. Também nas colônias a luta dos nacionalistas se dirige contra o nosso inimigo: o fascismo salazarista. Os participantes tomaram, em consequência, o compromisso de ajudarem a promover a rápida cessação das hostilidades em Angola e a pronta satisfação das exigências de auto-determinação nesta e nas outras colônias portuguesas, única forma de lutarem, ao mesmo tempo, pela Paz mundial e a co-existência ativa entre os povos.

Por outro lado, a luta de emancipação do nosso povo conta ainda, nos diversos países democráticos, com um campo de ação que vem ganhando o terreno que o desprestígio internacional do salaza-

rismo tem feito perder ao fascismo português. Para o aproveitamento de todas essas possibilidades de adjuvação da luta interna, a Comissão que, como delegada da Junta Patriótica Central, será instalada, alures no exterior, virá a prestar relevantes serviços à luta de Libertação.

claro, no entanto, que não basta que tomemos resoluções, por mais corretas e justas que elas sejam, para que a realidade venha mecânicamente a corresponder aos nossos propósitos: é necessário, para isso, a nossa ação perseverante e quotidiana a nossa luta corajosa e inquebrantável.

O que acabamos de dizer, que se aplica, sem dúvida, à luta interna, por maioria de razão se aplica à luta dos emigrados, pois a Conferência reconheceu que no fundamental, caberá a cada núcleo de emigração, em face das condições peculiares da sua existência, a promoção e execução de todas as ações capazes de ajudarem a luta interna, nomeadamente todas as formas possíveis de mobilização da opinião pública local. Isto concede aos democratas emigrados uma grande responsabilidade, que é a consequência da sua autonomia funcional. Assim, a unidade de ação dos emigrados em cada país, em correspondência à unidade existente em Portugal, é a primeira condição para o exterior, que permitirá a prossecução da ajuda — financeira, através da imprensa, etc. — que a Frente Interna espera dos companheiros emigrados.

— em Portugal como no exterior — cumprimos o nosso imperativo de patriotas, que é o de fazermos da emancipação do povo português a primeira preocupação da nossa vida, poderemos estar certos de que a Libertação está próxima.

Avante! Avante! — como se diz no comunicado da Conferência — pela Libertação de Portugal, pela Paz em Angola, pela construção de uma Ordem Democrática!

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

A reabertura do Tarrafal é um fato consumado. O recente internamento, ali, de cem patriotas angolanos, desembarcados do navio "Africa Ocidental", veio confirmar os insistentes rumores de que o governo fascista de Salazar se preparava para dar continuidade à sinistra história daquele campo de concentração. Logo que tivemos conhecimento da atividade desenvolvida pela PIDE no reaparelhamento das instalações, abandonadas há seis anos, fomos dos primeiros a denunciar o crime em preparação. Nosso protesto não foi, felizmente, um grito isolado. Alguns dos maiores jornais do mundo levantaram também o problema nas suas colunas, salientando que se tratava de um inadmissível atentado aos Direitos do Homem. No Brasil, coube essa iniciativa a "Última Hora" que dedicou ao assunto uma série de quatro emocionantes reportagens, cuja repercussão junto da opinião pública foi imensa.

Tudo o que se fez, até agora, é, contudo, pouco se atendermos à determinação do fascismo mori-

(Continua na pág. 2)

Importante derrota de Salazar

No momento de encerrarmos esta edição, chega-nos a notícia de que o chanceler Hermes Lima acaba de determinar que "sejam concedidos pelo Itamarati passaportes aos portugueses anti-salazaristas radicados no Brasil e aos quais a Embaixada portuguesa tem negado sistematicamente a revalidação de seus documentos". É essa sem dúvida uma das maiores derrotas sofridas pela diplomacia salazarista no Brasil.

A campanha contra a arbitrariedade das autoridades fascistas portuguesas, levantada nas colunas de "Última Hora", encontrou um eco profundo junto da opinião pública brasileira. Não podia o chanceler Hermes Lima, como democrata que é, permanecer insensível a esse belo movimento de solidariedade. A sua decisão veio encher de alegria todos os anti-fascistas portugueses e fica a assinalar o completo desprestígio da ditadura de Salazar em face do governo do Brasil.

Ver na PAG. 7 reportagem sobre antecedentes da questão.



Plenário da recente Conferência da Europa Ocidental Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses, realizada em Paris nos dias 15 e 16 de dezembro ultimo. O numero e a representatividade das personalidades presentes contribuíram para que o exito da Conferência excedesse tôdas as previsões e são uma garantia de que a Campanha pela Anistia ganhará novas dimensões e perspectivas cada vez mais amplas. A luta mundial pela Anistia continuará a ser um instrumento poderoso da opinião pública mundial ao serviço da libertação do povo português.

Balanço e perspectivas de uma Conferência

A Conferência de Forças Anti-Fascistas realizada em dezembro passado correspondeu, não obstante as condições adversas impostas pela repressão salazarista, ao ponto de vista daqueles que, em detrimento da ideia de um encontro de emigrados (congresso ou conferência) para exclusiva apreciação de problemas da emigração, defendiam a necessidade de uma conferência de que pudessem resultar, em primeiro lugar, determinadas medidas referentes às formas de ação e de organização na Frente Interna, em função das quais seriam tomadas as decisões respeitantes à luta no Exterior.

1.º — O CAMINHO ABERTO PELA CONFERÊNCIA

Foi isto, de fato, o que sucedeu, uma vez que a maior parte das deliberações se destinaram ao fortalecimento do movimento interno de libertação e foi em face das necessidades reais deste que se assentou em novas formas de atividade a desenvolver fora do país. Pode, assim, perguntar-se se a Conferência estabeleceu um verdadeiro plano tático de ataque frontal ao fascismo português.

Um plano tático exige uma definição clara de objetivos e de meios de atuação. Exige também a organização adequada aos objetivos em vista e aos meios de atuação previstos. Mas exige ainda a proposição das ações concretas que permitirão, em última análise, aferir da validade e até da existência de um plano daquela natureza.

Ora, a Conferência foi peremptória sobre a exigência de ordem nacional da destruição do poder fascista em Portugal e não apenas do poder pessoal de Salazar. Foi definida com suficiente clareza a via capaz de desobstruir o nosso país da opressão fascista, que é o levantamento nacional. Na frase realista de um dos participantes na Conferência, esta assentou em que a Oposição deve ter um braço armado, o que significa que as J. S. A. P. devem preparar-se para ações violentas contra a ossatura do salazarismo mas significar também que todas as possibilidades legais e semi-legais de mobilização popular devem continuar a ser exploradas. Por outro lado, as medidas organizativas que foram adotadas — como o reforçamento da Junta Patriótica Central, a proclamação da Frente Patriótica de Libertação Nacional e a criação do Conselho da Frente — põem nas mãos da Oposição o instrumental adequado ao desenvolvimento do processo insurrecional.

Nada faltará, então, para que se desenvolva, cientificamente, o processo da libertação nacional?

Falta aquilo que a Conferência, por si só não podia milagrosamente proporcionar. Falta verificar, na ação e pela ação quotidiana da resistência anti-fascista, se a F. P. L. N. conseguirá ou não vitalizar a tese do levantamento popular, sabendo escolher o momento oportuno para cada tipo de ação e desenvolvendo cada um deles com espírito criador e dialético, em vista a formas sempre superiores de luta, até se criarem as condições necessárias ao surto insurrecional.

2.º — AS TAREFAS POSTAS

É preciso que a F. P. L. N. saiba coordenar, através da Junta Patriótica Central e também do Conselho agora criado, as operações nos diversos teatros de batalha, conquistando e mantendo a direção política da Oposição.

É preciso, para isso, que as J. S. A. P. atuem no campo bem definido da ação clandestina, ao mesmo tempo, porém, que deverão impulsionar e enquadrar as outras formas de ação política, deixando a execução destas ao cuidado de organismos de tipo legal. Terá que se evitar, assim, que as J. S. A. P. se tornem, por exemplo, meras comissões eleitorais ou oficinas de abaixo-assinados, evitando, simultaneamente, que se preocupem apenas com ações de tipo violento. Quanto às ações especiais, de caráter ofensivo, contra o fascismo, é preciso criar, dentro das Juntas e não fora delas, os quadros também especiais exigidos por essas

ações. Nomeadamente, é preciso que as células revolucionárias no exército, em Portugal e nas colônias, desempenhem o importante papel para que estão destinadas em íntima ligação com a F. P. L. N. e não de costas voltadas para ela.

Depois, cabe a uma imprensa e a um rádio insurrecionais veicular as palavras de ordem para as ações concretas e a correção insistente de todas as posições erradas, de acordo com os resultados práticos obtidos. Finalmente, cabe aos ativistas, pelo seu trabalho quotidiano, imprimir ao movimento o dinamismo necessário para fazer passar definitivamente a iniciativa da política nacional das mãos do governo para as da Oposição.

Passou, com efeito, a hora de olharmos em volta para verificar quem não respondeu à chamada — e ficarmos à espera dos que, agora, possivelmente jamais aparecerão. A urgência nacional no derubamento do fascismo português dá a palavra aos ativistas, de todos os credos, e chama-os à ação, pois serão eles e ninguém mais os cabouqueiros do novo regime. A F. P. L. N. é a frente dos patriotas portugueses. Mas os melhores patriotas são sempre os homens de partido. A formação de partidos políticos anti-fascistas só poderá, pois, como expressamente foi considerado pela Conferência, fortalecer a F. P. L. N. Deverá apenas evitar-se a criação de organismos, que por não possuírem a homogeneidade dos partidos nem por outro lado, a completa abertura do movimento unitário que é a F. P. L. N. (pois, se a tivéssemos, seriam perfeitamente supérfluos, por redundantes), acabariam, muito provavelmente, por atravancar o meio organizativo antifascista, como um ascensor parado entre dois andares (o partidário e o unitário), sem a nenhum deles poder servir.

3.º — A LUTA CONTRA O COLONIALISMO E A LUTA NO EXTERIOR

Pela forma mais clara de toda a história da Oposição, a Conferência pronunciou-se sobre o problema colonial, fazendo-o de uma maneira dinâmica e não já apenas platônica, pois não se limitou a reconhecer o direito à independência por parte dos povos das colônias portuguesas. A Conferência, com efeito, preconizou o desenvolvimento de ações concretas dos portugueses destinadas a obter a cessação das hostilidades em Angola e a permitir nesta como nas outras colônias portuguesas a liberdade política para os movimentos nacionalistas.

Se é certo que o primeiro problema português é o processo revolucionário, no território nacional, é igualmente exato que a principal operação contra o fascismo salazarista, ou pelo menos a mais sangrenta, é, hoje, a guerra de Angola. Isto leva à verificação da continuidade da nossa luta e da luta dos nacionalistas, e a F. P. L. N. deve saber extrair dos conflitos coloniais e nomeadamente da guerra angolana todo o conteúdo revolucionário que eles apresentam para o nosso povo.

A recusa em embarcar para Angola, de difícil execução nesta altura dos acontecimentos, só pode conduzir, por ora a desercões desistidas de validade política. Mas a recusa de participar em operações ofensivas no território angolano acompanhada do esclarecimento, junto dos camaradas, dessa atitude, é uma das palavras de ordem que deve ser dada aos soldados e oficiais democráticos. E a sabotagem de material de guerra tanto em Portugal como em Angola e nas outras colônias, é outra palavra de ordem intrinsecamente correta na hora presente.

A libertação de Portugal conduzirá à independência das colônias e se esta puder ser obtida antes, o fascismo português não sobreviverá por muito tempo. Não tenhamos receio, por isso, de forçar Salazar à negociação com os nacionalistas pois se ele, esgotada a possibilidade de jugulação militar dos acontecimentos, vier a negociar, sob pressão das forças conservadoras mais esclarecidas, o cessar fogo em Angola e a auto-determinação do povo angolano, o grande triunfador será, juntamente

MANUEL SERTÓRIO

te com este, o povo português e portanto a Oposição, já que esse fato debilitará, mais do que qualquer outro, os pontos de apoio econômico, financeiro e político do salazarismo.

De qualquer forma, é a necessidade da Oposição desenvolver uma verdadeira atuação anti-colonialista, para lá das posições platônicas iniciais, que colocou o problema do exercício, no exterior, de uma diplomacia portuguesa anti-salazarista. E não há dúvida de que, como a Conferência reconheceu e muitos dirigentes oposicionistas vinham fazendo notar, a Oposição detem atualmente no Exterior possibilidades de ação muito importantes, que inexistiam por completo há menos de meia dúzia de anos.

A Comissão Delegada da Junta Patriótica Central, que brevemente será instalada, receberá a missão de coordenar, sob mandato e controle da Junta Central, os bureaux que venham a ser fundados de estabelecer os contatos e prosseguir as relações políticas de interesse da F. P. L. N. e de prestar, centralizadamente, todo o auxílio material à luta interna. Seria, portanto, no entanto, pretender delimitar rigidamente, neste momento todas as funções que serão exercidas pela Comissão, embora duas constantes (tenham) de ser observadas: a primeira, a de que a Comissão Delegada não será a diretoria do movimento de libertação, que só poderá residir — e reside — em Portugal; a segunda, a de que será através da Comissão que a Oposição, representada pela F. P. L. N., irá poder desenvolver, pela primeira vez por forma inteiramente responsável, a sua diplomacia, isto é a diplomacia do povo português em luta contra o fascismo.

4.º — ALGUMAS CONCLUSÕES

Só pela ação unitária o salazarismo será derubado e só a ação unitária, quando corretamente guiada e certamente dirigida contra a engrenagem fascista, dará a necessária representatividade aos organismos que tenham determinado ou executado essa ação.

Mas a ação exige organização. E a Conferência veio fortalecer organismos existentes, criar organismos novos dentro e fora de Portugal e melhorar a estrutura geral do movimento de libertação.

Com um conjunto de teses corretas e com uma organização funcional adequada, a Oposição tem presentemente entre as mãos os meios necessários para forjar a sua vitória sobre o fascismo português: para forjar a vitória, e não, como é evidente, para a receber passivamente por presente do adversário. Cabe agora aos anti-fascistas portugueses, pela sua luta de todos os dias, apressar o desfecho da emancipação nacional.

O levantamento popular é, depois da Conferência (se já o não era antes), a única bandeira dos patriotas ativistas já que se reveste de uma autêntica ambivalência na medida em que funciona também como o único mecanismo válido de pressão sobre as forças conservadoras portuguesas, capazes de levá-las a livrarem-se do governo de Salazar, numa derradeira tentativa de salvarem as suas posições econômicas. E isto só poderá suceder no dia que essas forças se convencerem ser o último em que terão oportunidade de fazê-lo, por a insurreição poder surgir no dia seguinte.

Será ainda longo o caminho a percorrer? Ele será sem dúvida acima de tudo, um caminho árduo e se-lo-á cada vez mais, consoante formas mais elevadas de atuação exijam sacrifícios mais pesados de todos e de cada um. O caminho da liberdade terá, no entanto, ao menos em grande parte, a dimensão que os patriotas portugueses quiserem que tenha. Quanto maior for a capacidade de luta e de sacrifício patriótico dos anti-fascistas portugueses — perçamos a este ou aquele credo partidário, encontrem-se no território nacional ou no estrangeiro, sejam maiores ou menores as obrigações por eles já contraídas com o povo português — mais próximo de nós estará o dia da libertação nacional.



Promovido pela representação em São Paulo do Movimento Popular de Libertação de Angola, realizou-se no dia 4 de fevereiro, na sede do Sindicato dos Gráficos, um ato público comemorativo da passagem do 2.º aniversário da guerra libertadora de Angola, isto é do assalto dos comandos do MPLA às prisões e à emissora de Luanda. Usaram da palavra o presidente e o vice-presidente da Representação do Movimento, respectivamente srs. Paulo Matoso Neto e Fernando Costa Andrade; o presidente do Sindicato dos Gráficos, deputado Rocha Mendes Filho; e representantes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, do Congresso de Cultura Negra, da Associação Cultural do Negro, do Movimento Afro-Brasileiro pro-Libertação de Angola, das juventudes das Republicas de Ghana e dos Camarões e dos portugueses de Moçambique.

Opinião mundial contra Salazar

Não é apenas a chamada grande imprensa internacional que, através dos seus órgãos mais importantes e prestigiados, vem denunciando os crimes do fascismo português. O movimento de repúdio ao salazarismo ganhou hoje dimensões tais que não pode ser aquilutado apenas através do que sobre as violências da PIDE e a guerra colonial de Angola escrevem jornais como o "Guardian", o "New Statesman", o "Observer", "L'Express", a "Pravda", o "Franc e Observateur", o "Izvestia", "Le Monde" e outros. Ultimamente, contam-se por dezenas os pequenos jornais que vêm dedicando particular atenção ao problema português, abrindo nas suas colunas campanhas de esclarecimento sobre a natureza do regime de Salazar. Em Itália, há jornais como "Esteri" e "Italiacronache", órgãos da democracia-cristã, que deixam o terreno da solidariedade sentimental para entrarem no da solidariedade material, abrindo subscrições a favor dos democratas e em especial, dos estudantes portugueses que lutam contra o fascismo salazarista. Outro hebdomadário, "Rinascita", consagrou quase um número inteiro à exposição e análise do problema português. O mesmo vem acontecendo em França. "La Défense", órgão do "Socorro Popular Francês", dedica as páginas centrais de uma das suas últimas edições à repressão em Portugal. Na capa insere, a toda a sua extensão, uma foto do padre anónimo Pinto de Andrade, preso pela PIDE; dentro, as fotos de dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, de Francisco Miguel e de Dias Coelho, assassinado em dezembro de 61 pela Polícia fascista de Salazar.

UMA VOZ CATOLICA

A principal revista católica dos Estados Unidos, "Commonweal" também vem realizando um trabalho de denúncia e esclarecimento sobre o salazarismo. Pela importância de que se reveste, transcrevemos abaixo alguns trechos de um artigo do rev. John Crownship, publicado num dos seus últimos números:

"Portugal é hoje um vasto campo de concentração, onde as fronteiras são invisíveis para o turista, mas reais para os habitantes. Mata-se e tortura-se sob Salazar sem que as vítimas tenham os recursos de defesa peculiares ao regime democrático (habeas corpus, prisão com mandado judicial, etc.). Salazar é absoluto e seu instrumento de ação é a temida polícia política da ditadura, a PIDE. Economicamente o país é subdesenvolvido, embora esteja na vizinhança dos grandes centros do MCE. Uma plutocracia corrupta e mo-

ralmente decadente enfeixa em suas mãos as fontes de renda da nação, mantendo o povo num estado de miséria inconcebível num país europeu, no século XX. Estudantes, operários, intelectuais e não poucas camadas do clero (em particular, o jovem clero) estão unidos tacitamente procurando uma libertação de Salazar. Queixam-se ao visitante não só das condições sociais do país, como do nível de estagnação cultural imposto pela censura salazarista. Perguntaram-me por que a Igreja não se manifesta francamente contra o regime. Expliquei-lhes, como pude, as relações tradicionais da Igreja com as realidades de poder. Disseram que já tinham ouvido essa mesma explicação do seu clero, mas que ela não condizia com os ensinamentos da "Mater et Magistra". Preferi calar-me, alegando covardemente minha condição de turista, não familiarizado com os problemas de Portugal. O clero português, como descobri mais tarde, opõe-se a Salazar, mas tem seus próprios problemas de subsistência dentro do regime e teme o que poderá vir de pois, tal o ânimo revolucionário do povo, acompanhado de uma consciência política pouco experimentada, controlada por um emocionalismo justo, mas perigoso. Em todo caso, Portugal, sob Salazar, é uma chaga nas pretensões de liberdade do Ocidente, uma chaga cujo odor mais e mais se torna impossível evitar e tolerar".

Tarrafal...

(Continuação da pág. 1)

bundo de não recuar. Não basta denunciar o crime, apontá-lo à consciência dos povos. É preciso manter o problema bem vivo, transformar em movimento de solidariedade real e permanente o sentimento de revolta e compaixão de todos os homens em face dos horrores do Tarrafal. É preciso que o clamor de protesto seja intenso, crescente, que ao ditador fascista não seja concedido um instante de trégua.

Acuado pela pressão da opinião pública internacional, Salazar viu-se forçado a fechar o Tarrafal em 1957. E dever indeclinável de todos os patriotas portugueses agir de modo a que a história se repita. Pela imprensa, pelo rádio, em volantes, mensagens, cartas, telegramas e coro dos protestos deve manter-se e avolumar-se até que Salazar compreenda que a Humanidade não tolera a repetição dos crimes cometidos naquele Campo da Morte. AVANTE PELO ENCERRAMENTO DO TARRAFAL!

Novas e comentários

Depoimento oportuno

A revista "Problemas da Paz e do Socialismo" (1) publicou em seu numero de novembro um artigo que deveria ser lido por todos os democratas portugueses pela perspectiva que abre sobre o mundo da repressão salazarista e os problemas que esta coloca às vítimas mais diretas do terror policial. Assina esse trabalho Alvaro Cunhal, secretario do Partido Comunista Português, que nele nos descreve a conduta dos seus camaradas perante os tribunais fascistas, enaltecendo a firmeza e a coragem desses combatentes, tantas vezes anônimos, a quem nem as torturas, nem as ofensas, nem as ameaças conseguem vergar.

Alvaro Cunhal não se limita a citar casos individuais — pungentes epopeias de heroísmo e tenacidade — não se detém apenas na análise da evolução, com altos e baixos da política do terror fascista, ao longo de três décadas. Do particular passa para o geral e esboça uma comovedora panorâmica do comportamento coletivo dos seus companheiros quando caem nas garras da PIDE ou são chamados a depor diante dos Tribunais Plenários.

Depois de assinalar que as palavras dos comunistas, quando falamos perante os Tribunais, não se dirigem aos juizes mas sim ao Povo, escreve: "Maltratados, torturados, fisicamente deformados, muitas vezes gravemente enfermos, os comunistas apresentam-se diante dos Tribunais cheios de confiança e de orgulho. De acusados convertem-se em acusadores". E acrescenta: "A voz dos comunistas diante dos Tribunais tem um particular poder de convencimento por vir daqueles que passaram muitos anos encerrados nas prisões e que podem mesmo morrer nelas por defender seus ideais".

Convém salientar que não é um homem qualquer o que assim se exprime. Assiste a Alvaro Cunhal a autoridade que lhe advém de ter vivido ele proprio as dramáticas experiências que relata. Com dez anos na ilegalidade e treze passados na prisão, o secretario do Partido Comunista Português conhece como raros patriotas portugueses o que significa realmente o terror fascista em toda a sua desumana monstruosidade. Quando afirma que, por principio, os seus companheiros não travam diálogo com a policia, sabe o que diz. "Na prisão — lembra — o comunista continua o combate de cabeça erguida. A longa série de audaciosas fugas dos cárceres de Salazar de comunistas que imediatamente retornaram a suas atividades clandestinas é a melhor prova do seu elevado espirito revolucionário".

As declarações de Alvaro Cunhal não representam apenas uma justa homenagem aos patriotas que, nos presidios salazaristas dela se tornam credores. Elas são também a resposta mais adequada e oportuna àqueles elementos — felizmente cada vez menos numerosos que se esforçam por impedir o fortalecimento da unidade entre as forças que combatem o fascismo salazarista. PORTUGAL DEMOCRATICO, que sempre lutou contra todas as espécies de discriminação e contra as veleidades macartistas de todos os falsos democratas, cumpre um dever de coerência ao registrar a posição assumida por Alvaro Cunhal, chamando para a importante depoimento a atenção dos seus leitores.

A. S.

(1) Edição Brasileira, pag. 143

Em que ficamos?

O ministro da Defesa, gen. Gomes de Araújo, declarou em 2 de janeiro durante um banquete oferecido ao gen. Norstad, que Portugal "não está habilitado a manter interramente" a sua anterior contribuição para a NATO.

Alegou o ministro, como justificacão, o grande esforço militar e

financeiro exigido a Portugal pelo "ataque que sofreu em um dos seus territórios ultramarinos e pelas ameaças que pesam sobre outros desses territórios, perante a passividade e a indiferença dos seus aliados".

Ao publicar esta noticia, "THE TIMES" de 4 de janeiro comentava apenas, com a costumada sobriedade britânica: "O alto comando português declarou, em novembro do ano passado, que a guerra que rebentou no norte de Angola no principio de 1961 estava reduzida a operações de policia".

M. S.

A verdadeira catastrophe

Os orçamentos ordinário e extraordinário de Portugal para o corrente ano de 1963 prevêem, em conjunto, uma despesa de 14.150 milhões de escudos (1.689 milhões a mais do que em 1962) e receitas equivalentes. O orçamento ordinário, com a receita prevista de 9.758 milhões de escudos, é o maior de toda a história fiscal portuguesa, sendo quase o dobro do orçamento de há 10 anos.

A nota dominante dos dois orçamentos deste ano é o montante fabuloso desviado para as despesas militares. Assim, da despesa extraordinária no valor de 5.115 milhões de escudos, 2.587 milhões — mais de metade! — são consagrados à defesa nacional. A esta verba há a acrescentar as dotações no orçamento ordinário, do ministério do Exército — 916 milhões — e do da marinha — 629 milhões — do que resulta um total de 4.132 milhões de escudos, quase uma terça parte dos dois orçamentos.

O relatório que acompanha o orçamento sublinha que será necessário restringir severamente (sic) todas as despesas que não respeitem à defesa nacional e ao desenvolvimento economico do país.

O brutal aumento das verbas criminosamente desviadas dos investimentos reprodutivos e socialmente úteis ressalta ainda com maior clareza se dissermos que em 1961 as despesas militares se elevaram a cerca de 2.500 milhões de escudos (ou sejam 17% de todas as despesas previstas, ordinárias e extraordinárias), enquanto em 1962 essas mesmas despesas foram já de 3 mil milhões.

A catastrophe nacional que se avizinha não é assim, a perda das colônias, histórica e inelutavelmente destinadas à independência nacional, mas sim a bancarrota financeira e o caos econômico, estes perfeitamente evitáveis, que acompanharão o prosseguimento, se por muito tempo mais, da politica colonial suicida do governo de Salazar.

M. S.

Mais uma mistificação

O projetado Mercado Comum Português, que resultaria da integração económica de Portugal e colônias, deveria ter entrado em vigor no passado dia 1.º de janeiro, segundo os diplomas elaborados pelo dr. Adriano Moreira.

Já por esses diplomas facilmente se concluiu inexistir até essa data a integração de economias que desde sempre deveria ter existido, se as colônias portuguesas não fossem realmente... verdadeiras colônias.

Mas sucede que por um decreto de 4 de janeiro o governo de Salazar decidiu suspender todas as medidas tomadas, no papel, pelo ex-ministro Adriano Moreira. Serviu de ingenuo pretexto o argumento de que os bancos coloniais terão de alterar os seus estatutos para estabelecerem novos contratos com o governo e que essas alterações não podem ser efetuadas antes das próximas assembleias gerais.

A verdade é que a proclamada integração implica a abolição gradual de todos os direitos alfandegários sobre as mercadorias manufaturadas em Portugal e a inclusão das colônias na zona do escudo, o que irá afetar extraordinariamente o esforço tardio de desenvolvimento industrial que está a ser feito em Angola e Moçambique.

Para evitar manifestações de desagrado dos próprios corpos legislativos destas colônias, o governo promulgou outro decreto, no último dia do ano, adiando as eleições para as Assembleias Legislativas das colônias e autorizando o governador a prorrogar os mandatos das atuais.

Por outro lado, durante o exercício ministerial do dr. Adriano Moreira, o Conselho Ultramarino recomendara a descentralização da administração colonial, o que acarretaria um novo sistema eleitoral e administrativo. De fato, o governo declarou agora que iria promulgar uma nova lei eleitoral. Mas não é difícil adivinhar que essa nova lei, em lugar de realizar aquela descentralização, irá subordinar ainda mais estreitamente a administração colonial ao governo de Lisboa, por forma a impedir todos os propósitos de autonomia, mesmo apenas administrativa, por parte dos colonos.

O Mercado Comum Português será assim, o que sempre foi: a sujeição das economias coloniais aos monopólios estrangeiros representados ou não em Lisboa.

É claro que os democratas portugueses não têm nenhuma fórmula neo-colonialista de mercado comum a impôr, em emulação com Salazar, às populações das colônias. Mas têm — isso sim! — um ideal de autêntico mercado comum a realizar em Portugal: o de transformarem a economia nacional numa economia comum a todos os portugueses e não apenas aos capitães de indústria, aos banqueiros e aos latifundiários, fazendo de cada português um produtor consciente e um consumidor livre.

M. S.

Certificado anti-salazarófilo

O ex-presidente Juscelino Kubitschek, ao regressar no passado dia 20 da sua viagem a Portugal, apressou-se a declarar, ainda no aeroporto em que desembarcou, que "não manteve contactos políticos em Lisboa" e que o seu "encontro com o primeiro-ministro Salazar foi de simples cortesia".

Não conhecemos os sentimentos prouros do antigo presidente para com a ditadura portuguesa e o homem que a representa, embora adividamos que possam ser de simpatia, tratando-se de quem foi um chefe liberal de um Estado que era e continua a ser liberal, um e outro muito longe, portanto, dos processos políticos e morais da governação salazarista. Nem de outro modo se poderia compreender que o ex-presidente tivesse autorizado, como autorizou, a realização em São Paulo, em janeiro de 1960, da 1.ª Conferência Latino-Americana em prol da anistia dos presos e exilados políticos portugueses e espanhóis.

O que, porém, queremos vincar é que, sejam quais forem os sentimentos pessoais do ex-presidente do Brasil para com Salazar e o salazarismo, as suas primeiras declarações, ainda com um pé na escada do avião que o trouxe de regresso de Portugal, tiveram de ser (como sucederia com qualquer outro político responsável do Brasil) as de que não manteve contactos políticos e que só por cortezia se pôde ter encontrado com Salazar.

É, com efeito, a opinião pública e a imprensa brasileira que em peso exigem esta espécie de certificado de não contaminação salazarófila por parte dos homens públicos do seu país.

E este fato é o que mais acalentador pode ser, e é, para os democratas portugueses, especialmente para aqueles que no Brasil se encontram exilados: é saberem que todas as especulações feitas pelo SNI e pela imprensa portuguesa alienada em torno da visita de políticos brasileiros a Portugal estão destinadas ao mais peremptório desmentido junto da opinião pública brasileira até por parte da queles que porventura tenham permitido, enquanto em Portugal, essas mesmas especulações.

M. S.

A luta em Moçambique

As duas maiores organizações nacionalistas de Moçambique — a União Nacional Africana de Moçambique e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDEMAMO) — resolveram há alguns meses fundir as suas forças, tendo surgido, assim, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELI-MO).

A Frente de Libertação de Moçambique realizou, de 23 a 28 de setembro passado, o 1.º Congresso em Dar Es Salaam, o qual contou com a presença do Premier e do Ministro do Interior do Tanganika, respectivamente Sr. Rashid Kawawa e Sr. Oscar Kambona, que expressaram aos moçambicanos a solidariedade do povo e do governo do país irmão.

O Congresso procedeu a uma análise da situação em Moçambique, nos planos nacional e internacional, e adotou medidas para incrementar a luta contra o colonialismo português e pela independência nacional. Foram também aprovados o programa e o estatuto da FRELI-MO.

O Comité Central ficou assim constituído: Dr. Eduardo Mondlane (presidente), Rev. Uria T. Simango (vice-presidente), David Mabunda (secretário geral), Paulo Gumane (adjunto do secretário geral), Silvério Nungo (secretário administrativo), Johannes Mtschembelesi (tesoureiro), James Msadala (adjunto do tesoureiro), Marcelino dos Santos (secretário para as relações exteriores), Leo Millias (secretário para a informação e a cultura), Paulo Bayette (adjunto do secretario para a informação) e João Mungwambe (secretário para a organização).

Num comunicado recente, a FRELI-MO declara, entre outras coisas:

"Chegamos à inevitável conclusão de que não podemos esperar por mais tempo alcançar a nossa liberdade por meios não violentos. Tornou-se completamente evidente que a auto-determinação do povo moçambicano só pode ser obtida juntando-nos aos nossos irmãos angolanos numa revolução armada contra a ditadura de Salazar".

"O objetivo da FRELI-MO é proceder à libertação do povo de Moçambique através dos meios necessários e o mais cedo possível. Embora a FRELI-MO preferisse obter a libertação de Moçambique por meios pacíficos, pensamos que a natureza obstinada da ditadura portuguesa torna isso impossível. A FRELI-MO pensa, por isso, que o povo de Moçambique só poderá alcançar a sua emancipação do domínio português usando os métodos dos nossos irmãos argelinos e angolanos, aos quais reafirmamos a nossa completa e incondicional solidariedade."

"Atingimos já a primeira das etapas essenciais da nossa luta: a unidade do povo. O povo de Moçambique está, com efeito, solidamente unido atrás da FRELI-MO".

A REPRESSÃO SALAZARISTA

A PIDE prendeu recentemente em Quelimane, 52 pessoas que se encontravam reunidas numa festa de aniversário. Entre os presos contam-se 20 mulheres e moças, duas das quais — uma delas a aniversariante — foram, ao que parece, violadas pelos agentes policiais.

A ação da PIDE foi justificada com o argumento de que, sendo aquele o dia da celebração da República do Tanganika, certamente a festa era uma reunião subversiva.

Também recentemente, foram presos três moçambicanos, e um deles logo morto, na cidade de Mocimboa da Praia (no norte da colônia), pelo único crime de terem sido surpreendidos pela PIDE a lerem uma carta recebida do Tanganika.

Os democratas portugueses lutam contra um fascismo que é colonialista e os nacionalistas africanos lutam contra um colonialismo que é fascista: a ajuda mútua conduzirá ao derrubamento do inimigo comum!

HITLER

"... daí a atualidade de que se reveste o livro de Vitor Rêgo, nos mostrando em profundidade todo um quadro que desgraçadamente poderá repetir-se (...) a obra nos revela toda a miséria e degradação de que se serviram os nazis para galgarem e se conservarem no poder, bem como as falhas que, no campo externo, praticou este enamorado de Moltke e de Nietzsche... (Arnaldo Mendes em "Ultima Hora").

... O autor, infelizmente, não nos é conhecido, embora saibamos que escreve bastante a respeito de Portugal e do Salazarismo (...) assim, o sr. Victor Rêgo vale-se do instrumento proporcionado pela análise da dialética marxista-leninista, e também da psicologia, para explicar e concluir (...) o livro, apesar de muito susinto contém tudo o que contém o livro de Shirer e suas conclusões dentro da teoria empregada, mostram outra profundidade e veracidade bem mais evidentes... a par de maior uniformidade em seus propósitos... (Vincius do Valle Fernandes em "Tribuna de Imprensa").

(170 páginas: Hitler, trinta anos mais tarde).

ANGOLA

"... Para que você tenha uma idéia clara e global de toda a problemática em que se constitui o drama da autodeterminação das colônias portuguesas, mais especificamente Angola, não pode prescindir da leitura de "Angola através dos textos" onde Victor da Cunha Rêgo e João M. Tito de Moraes colecionaram artigos, declarações e manifestos pertinentes à crise angolana... (Arnaldo Mendes em "Ultima Hora").

Um bom livro... ("Correio da Manhã").
De muito interesse... (Raul Lima em "Diário de Notícias").
Páginas de grande atualidade ("Folha de S. Paulo").
(215 páginas: Angola através dos textos).

E AINDA

"A verdade e o mito do Salazarismo" do padre Narino de Campos, obra que valeu ao autor os insultos do jornal "Agora", órgão dos fascistas de Lisboa.
"A Resistência em Portugal", de Amílcar Gomes Duarte, um livro que espelha a luta heróica do povo português.

"Salazar visto do Brasil", coletânea onde se encontram os nomes de alguns dos maiores intelectuais brasileiros e portugueses exilados.

PEDIDOS: por reembolso postal, à "Editora Felman-Rêgo, Av. da Liberdade, n.º 626, 1.º andar, sala 3 — São Paulo — Capital

Pela anistia e contra a repressão

Proseguimos nesta edição de PORTUGAL DEMOCRATICO a publicação de cartas e mensagens enviadas por presos políticos portugueses à Conferência de Paris. Chamamos de modo especial a atenção dos leitores para o impressionante documento que é a carta de António Gervásio, cuja tempera de democrata e patriota se revela expressivamente no relato pungente que nos faz das torturas a que foi submetido. Eis o seu texto na íntegra:

"Senhores Delegados,

Vou contar-vos em poucas linhas, os maus tratos a que fui submetido pela PIDE durante a minha segunda prisão, em 1960. Fui preso nas ruas da cidade de Beja, a 8 de agosto de 1960, por quatro policiais. Durante o interrogatório, foram-me buscar, de noite à minha cela e levaram-me, algemado, para a sede da PIDE. Ai bateram-me durante a hora e meia com um cavalo marinho, sacando-me no estomago, no ventre e nos músculos. Quando saí, tinha o corpo coberto de nódoas negras e sangrava de vários lugares. Decorridos alguns dias, novo interrogatório, com privação de sono por seis noites e cinco dias. Bateram-me noite e dia, com varios agentes ameaçando-me de morte.

Um mês após esse terceiro interrogatório, tiraram-me novamente do Aljube, também algemado, para sofrer nova série de torturas. Durante essa fase fui submetido a terríveis violências. Bateram-me durante 14 horas com intervalos de 10 a 15 minutos. Atingiam-me em toda a parte. Por vezes era apenas um; outras, dois e três. Batiam até ficarem fadados, descansavam alguns minutos e voltavam a lançar-se sobre mim. A coisa durou das sete da tarde até às nove da manhã seguinte. De manhã, quando eu já estava todo inchado, torciam-me as pernas os braços, o pescoço. Batiam-me onde mais inchado estava. Quando por vezes eu gritava, estouravam a rir. E riam: "Esta noite acabamos contigo... Sabemos que não vais falar. Estás aqui para pagar o mal que fizeste... És um perigoso agitador... A ti como tu acabamos-lhes com a racha... Não receamos que vocês nos chamem assassinos... Vamos fazer-te o que já fizemos a outros". Respondi-lhes: "Vocês não dem matar-me, mas não me farão dizer coisa alguma". Atiraram-se a mim como leões.

Às nove da manhã, pararam. Eu tinha a como todo inchado. Três policiais passaram em mim e usaram-me sobre um banco com um pé no ar. Depois principiaram a mexer no banco. Três agentes impediam-me de cair. Precisamente os que me haviam batido. A coisa durou pelo menos duas horas. Quando eu caí desmaiado, jogaram-me num canto e ali fiquei, semi-morto, até às nove da noite, altura em que me levaram numa radiola para as celas do Aljube. Durante três dias, não consegui despir-me. Tinha o corpo inteiro ferido. Haviam-me perfurado o timpano esquerdo. Ainda ouço mal desse ouvido.

Durante a minha prisão fui espancado por quinze agentes: Boim, Falcão, Régo, Cruz, Cabrita, Mendes Cristofanetti e outros, cujos nomes desconheço.

Durante seis meses não me deixaram receber livros, jornais nem revistas. Quando o julgamento chegou levaram-me ao tribunal com algemas nas mãos. Devido à minha atitude de denuncia dos crimes do fascismo e de defesa do meu povo, fui agredido na própria sala do Tribunal. Amarraram-me na sala de audiências, na presença dos juizes, e, logo à saída, três agentes espancaram-me desde o terceiro andar do prédio até à prisão que se encontra no rés do chão. Em Caxias meteram-me no segredo durante cinco dias.

Eis um breve quadro da maneira como os assassinos da PIDE maltrataram os portugueses que lutam pela liberdade, pela Paz, pelo progresso e pelo bem-estar do seu povo.

António Gervásio — Set. de 1962

DE UM PRESO DE CAXIAS

Transcrevemos, a seguir, mais uma das muitas cartas enviadas do Forte de Caxias à Conferência: "Senhores participantes da Conferência e queridos amigos,

Do Forte de Caxias, feito de pedras e aço, escondido no meio de colinas e de arvoredos, guardado por metralhadoras e arame farpado, saí esta carta que não é uma carta vulgar, de amigo para amigo, de parente para parente. Não, senhores: esta carta é um grito, não um grito de triunfo, mas um grito de desespero. É um SOS que vos lançamos, assim como a todos os homens livres do mundo. Sou das margens do Tejo, de uma região onde se cultiva o milho, o trigo, a oliveira e donde vêm o vinho e os melões mais apreciados. Há uns dez anos, nossos pais eram alegres e quase felizes. Todos gostavam de música, da dança, dos cantares ao desafio cheios de pitoresco. Salazar veio. Com ele a apatia, o desespero, o luto. Já não cantamos quando colhemos as azeitonas ou realizamos a vindima. Já não fazemos versos ao desafio nas horas de descanso, não trocamos mais impressões com os amigos sobre política ou sobre as novas da agricultura. Salazar proibiu-nos tudo, até mesmo que pensemos.

Mas desafiamos os laços do fascismo, esses que querem instaurar uma inquisição moderna. Não cedemos às iras do carrasco. Queremos ser livres. Queremos sê-lo como os passaros que voam e cantam por cima dos nossos campos. Não queremos ser mais servos da gleba, enriquecer os senhores com o nosso suor, em pleno século do átomo e da conquista dos céus.

Viva a fraternidade humana. Viva a Liberdade. Viva Portugal. Caxias 1962

Associação Internacional de Juristas Democratas

A Associação Internacional de Juristas Democratas, com sede em Bruxelas, publicou nas vésperas da Conferência de Paris, um folheto — em francês, inglês, russo, espanhol, chinês e árabe — intitulado "Anistia para os democratas portugueses presos e exilados". A primeira parte desse trabalho é um breve histórico das condições em que se desenvolve a repressão; a segunda, um artigo do dr. Roger Supervielle sobre "Alguns aspectos do atual Direito Português", completado com observações realizadas pelo dr. Gonzalez de Gaspard durante uma viagem a Portugal.

Condenações em Moçambique

LOURENÇO MARQUES (Do correspondente) — Acusados de "atividades subversivas" foram julgados pelo Tribunal Militar de Lourenço Marques 14 democratas portugueses e moçambicanos. O poeta Virgílio de Lemos, principal acusado, foi condenado em 14 meses de prisão, com perda de direitos políticos por três anos.

Natal do preso político

Da "Portuguese Canadian Democratic Association" recebemos para o NATAL DO PRESO POLITICO a quantia de 40,39 dolares equivalentes a 31.908,10 cruzeiros. O total recebido até à data é de Cr\$ 109.808,10.



A impressionante gravura que acima reproduzimos foi publicada na primeira página de "Ultima Hora", no dia 2 de fevereiro, assinalando o início de uma série de reportagens de Edison Rodrigues Chaves, dedicadas à reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal. Transcrevemos, a seguir, pelo seu significado, o parágrafo final do último desses emocionantes artigos: "A derrota final do ditador, porém, não está distante. Os milhares de democratas mortos e sepultados em cova rasa no cemitério do Tarrafal ou lançados na vala comum dos demais presídios estadonovistas clamam por Justiça. E ela se fará, mais cedo ou mais tarde. O mundo está cansado dos tiranos. Um a um vão sendo derrubados pelos anseios de liberdade das massas. E a hora final de Salazar também soará." No momento em que em todo o Mundo toma forma a campanha pelo encerramento do Tarrafal, PORTUGAL DEMOCRATICO presta homenagem à memória dos patriotas mortos pela Liberdade naquele campo de horrores.

O terror impera nas prisões

LISBOA. (Do correspondente) — A situação dos prisioneiros políticos agravou-se muito nas últimas semanas. Como a maioria dos presídios se encontra superlotada, a PIDE trata presentemente de aumentar a capacidade do Forte de Caxias, onde estão a ser realizadas obras que acrescentarão dois novos pisos à sinistra prisão. Devido aos trabalhos, a PIDE transferiu centenas de prisioneiros para outros locais, mas a operação foi realizada sigilosamente, sem que as respectivas famílias fossem informadas, de modo que se ignora neste momento o paradeiro de numerosos democratas.

Em Peniche a situação é particularmente tensa. Desde a primeira greve da fome, realizada para protestar contra a supressão do passeio ou a sua redução a meia-hora por semana, os presos vêm suportando as maiores violências. A grande maioria não recebe há muito assistência médica e é privada dos próprios alimentos enviados pelas famílias. Durante os raros passeios autorizados, as provocações são constantes. Logo que as portas são abertas, um agente da Guarda Republicana, de metralhadora em punho, segue os prisioneiros fazendo menção a todo o momento de lhes apontar a arma, numa atmosfera de terror, em que a morte pode sobrevir à menor crise nervosa de um dos presentes. De outro lado, as visitas familiares foram novamente reduzidas. O menor protesto dos presos é castigado com a supressão das visitas por várias semanas.

No dia 16 de dezembro, após mais uma jornada de greve da fome provocada pela questão das visitas, a PIDE, revidando, retirou as camas e os bancos dos imundos cubículos, forçando os presos a dormirem no chão húmido e gelado. O diretor, capitão Silva Marques um dos mais sórdidos criminosos que tem ocupado o cargo, ameaça de morte os presos, recusando-se a atender a mais insignificante reclamação. O chefe dos guardas, um esbirro que dá pelo nome de Victor Ramos, gosta de repetir, sorrindo, que "os presos políticos não devem ocupar espaço nas cadeias: BASTA UMA BALA PARA CADA UM!"

TORTURADO O DR. HUMBERTO LOPES

Uma das mais recentes vítimas do endurecimento da PIDE é o dr. Humberto Lopes, advogado cuja escandalosa condenação em 1957 pelo Tribunal de Lisboa suscitou uma onda de indignação nos meios jurídicos internacionais. O referi-

do democrata, por incrível que pareça, foi condenado então em dois anos de prisão acrescidos da aplicação de medidas de segurança pelo fato de haver dado um conselho jurídico a um companheiro de prisão quando se encontrava detido sob acusação que, posteriormente se provou ser falsa. No decurso do remuoso processo, o dr. Palma Carlos teve um incidente com o Tribunal e foi, por sua vez, julgado e condenado em sete meses de prisão e um ano de suspensão de exercício da profissão. Só a intervenção da Ordem dos Advogados evitou a aplicação da pena.

Seis anos decorridos, o dr. Humberto Lopes continua preso... E como se isso não bastasse dois abieitos enervamentos da PIDE — os agentes Rosa e Vieira — divertiram-se no passado dia 19 de novembro espancando bárbaramente aquele patriota. Depois de derrubado a sôco e pontané, e agredido com um CASSE-TETE, o dr. Humberto Lopes, cuja vida corria perigo, foi atirado para um segredo durante cinco dias e privado no primeiro de enxerga e mantas. O motivo da fúria da PIDE parecerá inacreditável em qualquer país livre e democrático: o dr. Humberto Lopes, havia, dias antes, declarado à sua esposa que a vida na cadeia era insuportável e desumano o regime prisional, pelas violências exercidas contra os presos O guarda, tendo escutado a conversa, suspendeu imediatamente a visita, dizendo-lhe: "Aos presos só cabe ouvir, acatar e calar". Seguiu-se a sessão de tortura, o segredo e a suspensão de visitas por dois meses.

O ambiente de terror desenfreado é extensivo aos demais presídios, particularmente ao Aljube, uma vez que Caxias, de momento, está em fase de ampliação de instalações. Há notícias de que, entre outros, estiveram ultimamente no segredo os seguintes patriotas: Agostinho Saboga, Albertina Pereira e Falcão.

Em todo o país continuam, por outro lado, a ser realizadas numerosas prisões. Entre os detidos figura o dr. Armando Bacelar, personalidade bem conhecida pelas suas convicções democráticas e advogado de grande prestígio.

PATRIOTAS DESAPARECIDOS

O clima de pavor que a PIDE se esforça por criar entre a população não conduziu, entretanto, aos resultados esperados pela sinistra corporação. As violências policiais contra os presos determinaram uma onda de indignação de

que participa todo o País. As mensagens às autoridades, protestando contra esse estado de coisas, são cada vez mais numerosas e frequentes as concentrações das famílias de presos junto ao Ministério do Interior e à Presidência da República. Causa particular inquietação a absoluta falta de notícias do dirigente operário Dias Lourenço. Preso em agosto, aquele patriota desapareceu nas mãos da PIDE. Ninguém conhece presentemente o seu paradeiro. Sua mulher, entretanto, continua presa com dois filhinhos pequenos. Ignora-se também o que a PIDE fez do democrata A. Gonçalves e de sua mulher, ambos detidos em Lisboa, em agosto. Um cunhado que insistiu junto da polícia por notícias concretas foi preso e maltratado... Não falta quem admita que A. Gonçalves tenha sido assassinado durante os interrogatórios, em dezembro passado.

A realização da Conferência da Anistia, em Paris, foi para as centenas de democratas encerrados nos presídios salazaristas uma ajuda e um estímulo de valor inapreciável. Apesar das barreiras erguidas pela censura, os ecos das mensagens e das resoluções aprovadas no conclave atravessaram as grades das prisões. Esperam as vítimas da PIDE que o movimento pela Anistia não enfraqueça. Cada braço de protesto que se ergue no estrangeiro contra a repressão fascista é uma vitória, cada carta ou telegrama que chega às autoridades portuguesas, protestando contra o terror policial, um gesto que os presos não esquecem. É especialmente comovedor o interesse manifestado pela sorte dos democratas Manuel Rodrigues, Afonso Gregório, Manuel Guedes e Adolfo Ramos, cujas vidas estão em perigo, devido à doença e aos maus tratos recebidos.

INTENSIFICA-SE A LUTA DA CLASSE OPERARIA

Paralelamente à intensificação da renssão e do terror, verifica-se um fato auspicioso. A classe operária portuguesa, em vez de se amedrontar, torna-se mais forte e organizada. As vitórias parciais dos trabalhadores acumulam-se em ritmo animador, numa demonstração de consciência de classe e de espírito unitário que vem surpreendendo a própria PIDE, que não ignora ser esse o caminho que conduz ao levantamento nacional que significará o fim do fascismo. Apresentamos a seguir o resumo de alguns acontecimentos e lutas mais recentes.

(Continua na pág. 7)

Patriótica de Libertação Nacional. Democratas portugueses e amigos ajudai financeiramente a F.P.L.N.V.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Um relatório esclarecedor

A «ordem salazarista» em factos e números

Um dos documentos que mais impressão causou ao plenário da Conferência da Anistia, realizada em Paris, em dezembro, foi o relatório cuja publicação iniciamos neste numero de PORTUGAL DEMOCRATICO. Porque se tratava de um documento destinado à opinião publica internacional, os seus autores — democratas portugueses empenhados na luta contra o fascismo salazarista — desceram na evocação de certos factos, e na definição de algumas características do regime, a minucias que para qualquer português não constituem novidade. Julgamos, entretanto preferível — até porque o nosso jornal não é lido apenas por portugueses — transcrever o documento na integra para não quebrar a sua unidade. O relatório propriamente dito é precedido da seguinte introdução:

APANHADO DA SITUAÇÃO EM PORTUGAL

Durante muitos anos, Portugal foi um país desconhecido. Durante muitos anos, a luta dos democratas portugueses contra o fascismo mais antigo da Europa foi menosprezada. E ainda hoje a opinião pública mundial mostra-se algumas vezes enganada, mistificada por uma propaganda oficial paga a preço de ouro e pelo apoio dado a Salazar pelos meios reacionários internacionais.

Ao mito da "ordem portuguesa" e da "prosperidade salazarista", opomos a linguagem concreta de dados recolhidos em documentos oficiais ou em publicações especializadas.

Estes dados, que testemunham as condições de miséria e a situação trágica em que vive o povo português, provam claramente a mentira política do salazarismo e da propaganda do fascismo mais velho do mundo.

I — REPRESSION E VIOLENCIAS

REPRESSION ANTI-DEMOCRATICA

- Depois de 1926, mais de 55.000 condenações por delicto de opinião foram pronunciadas.
- Condenações por "crimes contra a religião, a segurança do Estado, a ordem e a tranquilidade publicas":
De 1937 a 1941: 4.727 pessoas, ou seja 129 em 100.000 habitantes.
De 1956 a 1960: 21.974 pessoas, ou seja 477 em 100.000 habitantes.
Desde 1959: 100 condenações por ano a prisão perpétua. ("medidas de segurança").
Em 1962: Mais de 6.000 prisões de patriotas, ou seja uma média de mais de 16 por dia.
Uma média de 3 assassinatos políticos por mês.

II — O REGIME POLITICO

O regime político em vigor em Portugal é o regime do Estado Novo que se estabeleceu após um golpe de Estado militar que instau-

rou no país um governo ditatorial do tipo fascista.

Salazar, que foi ministro das Finanças da ditadura militar antes de se ter promovido a ele proprio ditador, definiu o caracter perpetuo da ditadura nos seguintes termos: "As ditaduras não me parecem ser hoje um parentesco de um regime pois elas proprias são um regime".

O pensamento do ditador revela-se claramente na afirmação seguinte:

"O processo da democracia parlamentar está feito, a sua crise é universal; há pessoas que supõem que esta crise é passageira e provocada pelas dificuldades transitórias do momento; mas nós acreditamos que a sua época foi ultrapassada para sempre".

O regime fascista português, que se inspirou nos fascismos de Mussolini e de Hitler e que copiou a mesma organica do corporativismo italiano, tem as seguintes características:

— PARTIDOS POLITICOS PROIBIDOS A EXCEÇÃO DO PARTIDO GOVERNAMENTAL (UNIÃO NACIONAL)

- Todos os partidos políticos foram postos fora da lei em 1926. Em 1936 instituiu-se a UNIÃO NACIONAL que tomou desde logo o caracter de "Partido Unico". A União Nacional é dirigida pelo presidente do Conselho, o dr. Salazar.

- "Os estatutos (da União Nacional) surgiram de um ato do governo a cuja autoridade continuaram a estar ligados". Salazar

- O fim da União Nacional "é justamente de tirar o poder às clientelas dos partidos (...) de tornar o Estado inacessível à conjuista de minorias audaciosas". Salazar

— ASSEMBLEIA NACIONAL FORMADA EXCLUSIVAMENTE POR MEMBROS OU SIMPATIZANTES DO PARTIDO UNICO (UNIÃO NACIONAL) E REDUZIDA A FUNÇÕES SIMPLEMENTE CONSULTATIVAS.

- "Eu prevejo que os parlamentos (...) se verão obrigados a aprovar unicamente as grandes bases das grandes leis, deixando ao poder executivo, como unico responsável pela direção do Estado, possibilidades maiores que as faculdades simplesmente regulamentares que ele tem hoje. De qualquer maneira, não se poderá reconhecer às Camaras Legislativas o direito de eleger e de revogar os ministros e de fazer obstruções à vida pública". Salazar 1930

- "A iniciativa da lei pertence à Assembléa ou ao Governo, mas a Assembléa utiliza-se raramente. A elaboração das leis exige hoje em dia uma tal especialização de conhecimentos que é illusorio supor que os deputados, sem o concurso de técnicos, possam ter a iniciativa das leis (...). Os decretos por delegação, os decretos-leis ou os regulamentos (disposi-

ções legais) têm a primazia. Se a função parlamentar é reduzida, pela força das circunstancias, à discussão dos grandes problemas politicos e ao controle da Administração publica, compreende-se que o seu exercicio permanente não seja indispensavel". Salazar 1958

— AS LIBERDADES POLITICAS CONSIGNADAS NA CONSTITUIÇÃO SÃO REGULAMENTADAS POR DECRETOS QUE AS NEGAM COMPLETAMENTE NA PRÁTICA: ASSIM, AS LIBERDADES DE EXPRESSÃO, DE PENSAMENTO, DE REUNIAO E DE ASSOCIAÇÃO NÃO EXISTEM.

— "... Foi necessário restringir as atividades puramente politicas. Assim, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião e a liberdade de associação inscritas na Constituição veem o seu exercicio limitado desde que se trata de politica partidária". Salazar

— INEXISTENCIA DO DIREITO DE GREVE E SINDICATOS SOB TUTELA GOVERNAMENTAL.

— "Nas relações económicas entre o Capital e o Trabalho, não é permitida a suspensão da atividade por qualquer das partes com o fim de fazer prevalecer os seus interesses respectivos". Artigo 39 da Constituição

— "O encerramento de estabelecimentos comerciais ou industriais e a suspensão do trabalho em todo e qualquer serviço do Estado, serviços concessionários, sem razão legitima, são punidos com prisão:

- 1) Os que incitem, promovam ou organizem o encerramento, a cessação ou suspensão, serão punidos com penas de 2 a 8 anos de prisão.
- 2) A tentativa e a frustração são sempre punidas, sendo os atos preparatórios assimilados à tentativa.
- 3) Aos condenados pelas infracções previstas neste artigo, será aplicada a medida de interdicção do exercicio da profissão".

— RIGOROSA CENSURA POLITICA A IMPRENSA, RADIO E TELEVISÃO.

— MILICIA POLITICA DIRIGIDA PELO ESTADO E PELO PARTIDO UNICO (LEGIAO PORTUGUESA)

— Criada por decreto governamental em 1936, quando da guerra de Espanha, a legião portuguesa é, segundo Salazar:

— "... A organização dos voluntarios da ordem social, destinada especialmente à luta contra o comunismo. A preparação militar dá sem dúvida alguma à legião todo o seu valor em relação a este aspecto. Por essa razão foi prevista a sua cooperação com a Segurança, o Exército Territorial e a Marinha de Guerra".

— ORGANIZAÇÃO MILITAR OBRIGATORIA DA JUVENTUDE (MOCIDADE PORTUGUESA)

— A "Mocidade Portuguesa", imitação das "Juventudes Fascistas Italianas", foi criada em 1936, por ocasião da realização de uma reunião da Juventude Hitleriana. A "Mocidade Portuguesa" que é obrigatória para todas as crianças dos 8 aos 17 anos, segundo o Dr. Salazar, deve ser "uma sementeira de elite anti-comunista". A impopularidade da "Mocidade Portuguesa" mede-se pelo

seguinte facto: Na Universidade, onde deixou de ser obrigatória, ela conta, no total, com apenas... 11 membros.

— EXISTENCIA DE UMA POLICIA POLITICA (PIDE) IN VESTIDA DE PODERES QUASE ILIMITADOS.

— LEI ELEITORAL MUITO RESTRITIVA (OS ANALFABETOS POBRES E A MAIOR PARTE DAS MULHERES NAO TEM



Na Conferência de Paris a escritora Maria Lamas falou em nome da delegação de observadores portugueses

DIREITO DE VOTO) E PROPAGANDA ELEITORAL (APENAS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS) DE UM MES DE "LIBERDADES CONDICIONADAS". A APURAÇÃO DOS "VOTOS" É FEITA, EM EXCLUSIVO, PELOS AGENTES DO GOVERNO.

— Durante este período de "liberdades condicionadas" que precede as eleições para deputados, o governo "liberaliza" um pouco a censura política, permite a realização de algumas

reuniões públicas e, com muitas restrições, admite a criação e o funcionamento temporário de organizações oposicionistas sessecionistas, o que em tempo normal é proibido.

— "Se a democracia consiste no nivelamento pela base, sem se admitir as desigualdades naturais, se a democracia consiste em crer que o poder tem a sua origem na massa (as massas) e que o governo deve ser a expressão da massa (das massas) e não da elite, nesse caso efetivamente penso que a democracia é uma ficção". Salazar

— "Não creio no sufrágio universal porque ele não tem em conta as diferenças humanas. Não creio na igualdade, creio na hierarquia. Os homens, é isso e que eu creio, devem ser iguais perante a lei, mas seria perigoso atribuir a todos os mesmos poderes politicos". Salazar

— DEFESA INTRANSIGENTE DOS PRINCIPIOS COLONIAIS.

— "Não há possessões portuguesas. O que há são pedaços de Portugal espalhados pelo mundo". (...) "Estamos firmemente decididos a prosseguir o nosso trabalho pelos métodos tradicionais". Salazar

— A PROPOSITO DA GUERRA EM ANGOLA

— "O exercito não transige! Vamos combater selvagens. Selvagens que não são portugueses porque agem sob os ordens do comunismo internacional! Vamos enfrentar terroristas que devem ser combatidos como se combate os animais ferozes. Extrato de um discurso do atual Ministro do Exército.

A luta dos estudantes

Há seis anos, um decreto arbitrário do governo, com o n.º ... 40.900, negava brutalmente competência e idoneidade aos estudantes universitários portugueses para estudarem os seus problemas e realizarem as suas atividades: limitava as iniciativas das Associações Académicas e sujeitava estas a uma apertadíssima fiscalização policial; suprimia praticamente as Assembléas Gerais estudantis; restringia os contactos entre as Associações; e proibia os contactos internacionais com outras Associações. O principio da autonomia da Universidade foi, assim, inteliramente mutilado. Mas os estudantes reagiram corajosamente e aquele decreto veio, em consequência, a ser suspenso, deixando de se aplicar às Associações existentes mas impedindo, na prática, a constituição de novas Associações.

A luta dos estudantes não esmoreceu um único dia. Eles lutavam, e lutam ainda, pela completa autonomia e representatividade das Associações Académicas, pela incondicional competência dos órgãos universitários na gestão da Universidade e pela representação estudantil nesses órgãos.

Ultimamente reagindo às legítimas reivindicações dos estudantes, o governo lançou mão de outro decreto arbitrário, com o n.º ... 44.632, que retomou o espirito reacionário do anterior. Ao mesmo tempo, foi exercida a mais feroz repressão policial, pela PIDE, de acordo com as autoridades escolares, no sentido da intimidacão dos estudantes.

Depois da demissão do reitor Marcelo Caetano, antigo braço direito de Salazar, ocorrida em consequência da crise desencadeada pela proibição do DIA DO ESTUDANTE, as relações entre os estudantes e as autoridades académicas pioraram sensivelmente, em virtude do vice-reitor Gonçalves Rodrigues, ex-comissário nacional da milícia fascista MOCIDADE PORTUGUESA, sempre se ter recusado a manter contactos com os dirigentes estudantis.

Assim, por altura da realização de um almoço de confraternização académica na cantina da Cidade Universitária, começou a policia por barrar a entrada aos estudantes, pretendendo proceder à sua identificação e acabando por prender, entre outros, o estudante de economia Mateus Branco, ao tentar este entrar em contacto com o diretor da sua escola. Transportado para um posto fronteiriço a

muitas centenas de quilómetros de Lisboa, esteve este estudante, durante 21 dias, em completo isolamento prisional, sendo depois transferido para a prisão política do Aljube.

Entretanto, outros estudantes universitários eram também presos, entre os quais o secretário geral do S.N.E.P., Eurico de Figueiredo. O secretário geral das REUNIÕES INTER-ASSOCIAÇÕES, Medeiros Ferreira, era igualmente preso pouco depois, passando o Natal na cadeia.

Mais uma vez, porém, os estudantes reagiram, em peso, aos atropelos da policia. Foram convocadas várias reuniões gerais nas diversas escolas superiores e uma reunião plenária da Universidade de Lisboa, tendo sido proclamada a responsabilidade solidária de todos os dirigentes académicos pelas decisões tomadas.

Os estudantes encarcerados mantiveram-se durante longo período em rigorosa incomunicabilidade, as mais das vezes sem mesmo serem submetidos a interrogatórios, pois os propósitos da PIDE são, simplesmente, os de vulgar provocação e intimidacão. Tais foram, entre outros, os casos dos estudantes Luis Lemos e Pedro Lemos, além dos estudantes acima nomeados.

Finalmente, acabam de ser entregues aos estudantes as instalações académicas que se encontravam sob controle policial, como a própria cantina e outras.

O problema essencial da normalização da vida académica continua sendo, no entanto, a organização livre das Associações Académicas que o governo ainda não autorizou fossem constituídas (como as das Faculdades de Medicina e de Letras da Universidade de Lisboa) e a aprovação ministerial das alterações estatutárias das outras Associações, necessárias para que estas possam considerar-se livres e autónomas.

O ambiente e as relações com o novo reitor da Universidade de Lisboa, Paulo Cunha (antigo ministro dos Negócios Estrangeiros) estão longe de ser satisfatórios, pois este ainda há pouco fez todo o possível para impedir as comemorações organizadas pelos estudantes da suspensão do primeiro dos decretos governamentais que intrometeram a policia na vida da Universidade.

A luta continuará, pois, demonstrando os estudantes a mesma coragem das jornadas anteriores.

A unidade combatente de todos os sectores anti-fascistas realiza-se em Portugal na actuação da Frente



Da esquerda para a direita: SIR LESLIE PLUMMER, deputado trabalhista inglês; LI CAUSI, vice-presidente da Camara de Deputados Italiana e o secretario do Comité Internacional da Conferência de Paris, M. DANIEL VIDAL

«Ultima Hora» denuncia

Democratas portugueses exilados perdem o direito de viajar

O importante jornal "Ultima Hora" publicou nas suas edições de 12 e 14 de janeiro, duas extensas e bem documentadas reportagens sobre um problema que há muito vem preocupando os democratas portugueses do Brasil: a persistente e abusiva recusa das autoridades consulares salazaristas em conceder passaporte a um numero cada vez maior de cidadãos portugueses conhecidos pela sua oposição ao regime fascista de Salazar.

Na impossibilidade de transcrevermos tudo o que "Ultima Hora" escreveu sobre o momento problema reproduzimos, a seguir, as principais passagens da reportagem inserta na edição do dia 12, sob o titulo "Longo braço de Salazar atravessa o oceano":

"O fantasma de Salazar ameaça os antifascistas portugueses residentes no Brasil. Num clamoroso abuso da hospitalidade e das prerrogativas diplomáticas que os brasileiros concedem não ao ditador, mas ao povo lusitano, uma "lista negra" pesa sobre as cabeças dos líderes anti-salazaristas aqui radicados.

A insolencia é tanto mais insustentável quando se sabe que, do "index", constam figuras a todos os títulos respeitáveis, que já integram a vida nacional, estando em consequencia sob a proteção das leis brasileiras, até pela dívida de gratidão que temos para com eles pelos serviços prestados à cultura e às mais diferentes atividades. Assim, o anatema atinge, por exemplo, Adolfo Casais Monteiro, escritor; Paulo de Castro, escritor, jornalista e professor do ISEB; João Manuel Tito de Moraes, editor; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Vitor Cunha Rego, jornalista; Carlos Cruz, engenheiro; João dos Santos Baleizão, engenheiro; Rui Luis Gomes, catedrático, entre outros.

Prerrogativa dos cidadãos, incluída hoje nas constituições de todos os países onde o fascismo foi esmagado, é o direito de ir e vir. Pois bem: este direito, consagrado também em nossa Carta Magna, vem sendo impunemente desrespeitado pelos Consulados portugueses que vêm recusando a concessão de passaporte a todo aquele que não reze pela cartilha de Salazar. Nenhuma explicação é fornecida aos interessados. Em alguns casos o funcionario pede que o solicitante faça o pedido por escrito, para efeito de consultas a Lisboa. A resposta, quando chega, é sempre negativa."

AFRONTA À CONSTITUIÇÃO

Prerrogativa dos cidadãos, incluída hoje nas constituições de todos os países onde o fascismo foi esmagado, é o direito de ir e vir. Pois bem: este direito, consagrado também em nossa Carta Magna, vem sendo impunemente desrespeitado pelos Consulados portugueses que vêm recusando a concessão de passaporte a todo aquele que não reze pela cartilha de Salazar. Nenhuma explicação é fornecida aos interessados. Em alguns casos o funcionario pede que o solicitante faça o pedido por escrito, para efeito de consultas a Lisboa. A resposta, quando chega, é sempre negativa."

LISTA NEGRA

Proseguindo, o autor da reportagem abordava outro importante aspecto do problema nos seguintes termos:

"Só agora, por revelação de um funcionario português se tomou conhecimento da lista negra, onde constam os nomes daqueles que o governo de Salazar discrimina. Essa lista negra teria sido enviada, em forma de circular, pelo Ministério dos Negocios Estrangeiros de Portugal, a todos os consulados portugueses espalhados pelo mundo. Ainda há dias, a esposa de um elemento oposicionista solicitou passaporte em São Paulo para sair do País e não recebeu sequer resposta.

NÃO SÃO ASILADOS

A situação dos democratas portugueses, vítimas da arbitrariedade salazarista, é merecedora da atenção de nossas autoridades. Não se trata de asilados, no sentido próprio do termo, pois entraram no Brasil devidamente documentados, com passaporte normal, fornecido em Portugal. Contudo, estão reduzidos à condição de prisioneiros no país que escolheram como sua nova patria. Não podem realizar qualquer viagem, seja de turismo, seja de negocios. Os prejuizos, tanto materiais como morais, são enormes, e o governo bra-

sileiro não pode permanecer indiferente ao que está acontecendo".

SOLUÇÃO EM CONJUNTO

A reportagem, que vinha ilustrada com as fotos de numerosos democratas vítimas da prepotencia dos consulados salazaristas, entre os quais a do prof. Ruy Luis Gomes, terminava com uma sugestão:

"É certo que o Itamarati, em principio, admite a concessão de passaporte brasileiro (amarelo) a estrangeiros. As formalidades para sua obtenção são, porém difíceis e morosas. O melhor seria que o caso fosse encarado em seu conjunto. Estabelecida a lista dos portugueses a quem é recusado o passaporte por motivos políticos, o Itamarati tomaria as providencias necessárias para que qualquer deles pudesse obter documentação para sair do País sem as habituais delongas. De outro modo, pesará sobre a Casa de Rio Branco a suspeita de fazer o jogo de Salazar, a exemplo do embaixador Negrão de Lima.

DECLARAÇÕES DO ENG. CARLOS CRUZ

A parte principal da reportagem do dia 14, publicada a oito colunas, isto é a toda a largura do jornal, era constituída por uma entrevista com o eng. Carlos Cruz, membro da Comissão Executiva da União Democrática Portuguesa e da direção do Centro Republicano Português. Pronunciando-se sobre a questão e após elogiar a iniciativa de "Ultima Hora", aquele democrata afirmava:

"A atitude das autoridades fascistas portuguesas não é apenas escandalosa do ponto de vista do direito que todo o cidadão luso, inscrito nos Consulados do Brasil, tem ao passaporte. A arbitrariedade torna-se ainda mais chocante pelo fato de o governo de Salazar sustentar repetidamente que não há exilados políticos portugueses. Ora, todas as pessoas a quem é negada a documentação ficam praticamente reduzidas à condição de apátridas. Poderia o governo de Lisboa não querer determinados elementos em Portugal, mas o que não se entende é a sua hipocrisia em negar as perseguições por um lado e negar o reconhecimento da nacionalidade portuguesa, por outro, a quantos incorram em seu desagrado."

A REPERCUSSÃO EM SÃO PAULO

A repercussão da justa e desasombrosa campanha de "Ultima Hora" foi, como era de se esperar considerável. Vários sindicatos e associações estudantis, logo que tomaram conhecimento da atitude das autoridades diplomáticas salazaristas, denunciada nas colunas de "Ultima Hora", telegrafaram àquele jornal hipotecando-lhe a sua solidariedade e exigindo do governo brasileiro uma rápida solução para o caso. A gratidão dos democratas portugueses manifestou-se em cartas e telegramas enviados à direção de "Ultima Hora" pela comissão executiva da "União Democrática Portuguesa", pelo Centro Republicano Português e pelo nosso jornal, além de numerosas mensagens individuais.

MANIFESTA-SE O PROF. RUY LUIS GOMES

Não se circunscreveu, no entanto, a São Paulo a repercussão das reportagens de "Ultima Hora". Na cidade do Recife, onde, mercê sobretudo da presença dos profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado o movimento dos democratas portugueses ali radicados vem assumindo grandes proporções, a imprensa dedicou ao assunto particular atenção. Em entrevista concedida à edição local de "Ultima Hora", o prof. Ruy Luis Gomes fez as declarações que a seguir reproduzimos:

"A recusa da concessão de passaporte a todo cidadão português que não "reze" pela cartilha de Salazar, é mais uma arbitrariedade do ditador, que vem, impunemente, fazendo horrores com os portugueses que não seus aliados"

"Não posso mais sair do Brasil — prosseguiu — pois meu passaporte está preso no "Consulado de Salazar"; sim, porque o Consulado já deixou de pertencer a Portugal, para ser propriedade privada de Salazar. Desta maneira, estou preso no Brasil, o que vem comprovar a ação da PIDE, que amplia seus limites. Agora, eles não se contentam em nos perseguir só em Portugal, e prendem-nos também no Brasil. Idêntica medida já foi adotada na Embaixada do Brasil em Lisboa, quando portugueses foram pedir asilo político e ficaram, praticamente, presos."

"Mais uma vez — acrescentou — Salazar botou suas "mangas de fora" e mostrou ser arbitrário. Prender o passaporte dos portugueses fora de Portugal, nada mais é que atingir os direitos fundamentais dos cidadãos. É uma maneira de dirigir cidadãos fora de sua patria e castigar aqueles que não estão ao alcance da PIDE."

"Estou há um ano no Brasil convidado que fui pelo Instituto de Física e Matemática da Universidade do Recife, para ensinar matemática. Há um mês, peço meu passaporte e, todas as vezes, recebo a mesma resposta: — "Estamos aguardando instruções de Lisboa, onde estão fazendo averiguações".

À AÇÃO DA CENSURA

"Tudo em Portugal — acentuou o professor Ruy Gomes — passa, antes, pela censura da PIDE. Qualquer carta tem que ser lida pelos agentes de Salazar. Ainda agora, pelo Natal, mandei um disco de presente para parentes meus: "O povo canta", do MCP. Pois bem, este disco não foi entregue aos seus destinatários. As cartas que recebo, via de regra, chegam sem assinatura, pois, só assim, os remetentes estarão livres das perseguições de Salazar. Veja esse trecho de uma carta que me mandaram sobre a prisão injusta do jurista Humberto Lopes, que foi condenado a dois anos de prisão e há seis se encontra preso — "O dr. Humberto Lopes em 19 de novembro foi derrubado e barbaramente espancado por dois guardas da PIDE. Deram-lhe socos, ponta-pés e borrachadas; depois, foi metido no "segrêdo", durante cinco dias, sem direito a cobertores, durante a noite, e sem poder enxergar, andava guiado pelo tato, ficando isolado de tudo e de todos".

OUTRAS MANIFESTAÇÕES

Os estudantes pernambucanos reagiram também vivamente à notícia da prepotencia fascista. O universitario José Antonio Araújo, representante em Pernambuco da União Nacional de Estudantes declarou que "a ditadura de Salazar está transformando o Brasil numa prisão de seus adversários políticos. O fato de o Consulado autorizar viagens de portugueses exclusivamente àquele país, denuncia o evidente propósito policial salazarista. É preciso alertar as autoridades brasileiras para o acôrdo que cria a comunidade luso-brasileira" — disse. Acrescentou ainda, que Portugal está perdendo a cada momento o seu prestigio na ONU, razão porque lança mão dos últimos recursos para assegurar o apoio do Brasil naquele organismo internacional.

O representante de PORTUGAL DEMOCRÁTICO em Recife, o nosso companheiro Manuel Luis Fernandes, também foi procurado pela imprensa local pelo fato de ser publica a recusa do consulado em conceder-lhe passaporte. "Tanto o meu como o de minha esposa — esclareceu — estão retidos pelo consul e estou certo de que não os libertarão tão cedo".

Solução pacifica para Guiné e Cabo Verde

Alguns líderes nacionalistas das colônias portuguesas foram recebidos recentemente, em dezembro passado na Quarta Comissão da Assembléia Geral da ONU (Comissão de Tutelas). O dr. Agostinho Neto, novo presidente do MPLA, e o engo, Amílcar Cabral, secretário geral do P.A.I. (Guiné) tiveram, assim, entre outros, a oportunidade de fazerem ouvir, na mais alta organização internacional a voz dos povos oprimidos pelo colonialismo salazarista.

UMA SAUDAÇÃO

Do depoimento de Amílcar Cabral transcrevemos, em primeiro lugar, as palavras com que saudou o povo português, "cuja contribuição eficaz para a evolução do mundo" — afirmou — "admiramos e respeitamos": "Queremos afirmar-lhe (ao povo português) "uma vez mais que a nossa luta não é dirigida contra ele. Fizemos sempre e continuaremos a fazer os maiores esforços no sentido da preservação das possibilidades de uma cooperação útil com o povo português, na base da igualdade e da reciprocidade de vantagens. Nesse sentido, aqui lhe lançamos um novo apelo, para que dê um apoio concreto à nossa luta de libertação, para que se oponha terminantemente à guerra colonial contra o nosso povo."

Explicando a natureza e objetivos da luta do povo guineense, declarou Amílcar Cabral:

"Não viemos aqui para atacar com palavras o colonialismo português. Estamos fartos de atacar e de ouvir: atacar e condenar o colonialismo português, cujas características, subterfúgios, processos e atos são sobejamente conhecidos da ONU e da opinião mundial. Viemos aqui para, na base da situação concreta do nosso país e apoiados nas leis internacionais, encontrar convosco, inclusive com a própria delegação portuguesa, o caminho mais curto e mais eficaz para a liquidação urgente do colonialismo português na Guiné e em Cabo Verde."

A SITUAÇÃO CRIADA

E depois, exemplificando os crimes cometidos:

"A aldeia de Moréa, fulcro da nossa resistência na floresta de Oio, foi atacada pelas tropas portuguesas e quase totalmente reduzida a cinzas. Cerca de dois mil patriotas foram presos através de todo o país, entre 15 de junho e 31 de julho, como prevenção contra acontecimentos previstos para 3 de agosto, aniversário do massacre do Cais de Pijiguiti, no qual 50 trabalhadores africanos em greve foram mortos pelas forças de repressão, aliadas a civis europeus armados. 250 patriotas foram deportados no mês de setembro para o campo de Concentração da Ilha do Sal. Entre eles conta-se o membro do Comitê Central do nosso Partido, Mamadu Ture (Momo), casado, de 28 anos de idade. Em São Domingos, Farim, Oio, Bafatá, Gabu, Bissau e Bolama, mas principalmente no sul do país a repressão alastrou-se barbaramente, causando milhares de vítimas, destruindo lares, provocando a fome e o terror nas populações. Bissau, a Capital, foi transformada numa prisão sem grades, tendo as autoridades coloniais decretado o recolhimento ao pôr do sol. Em Cabo Verde, em especial nas ilhas de S. Tiago e São Vicente, a repressão foi também aumentada. No mês de outubro, 14 patriotas foram presos e deportados para o Campo de Concentração do Tarrafal."

Quase no fim do seu depoimento, disse o líder guineense:

"Face à realidade concreta da economia portuguesa, dos interesses dos aliados do governo português e da nossa própria luta, não julgamos que as resoluções aconselhando a boicotagem diplomática e econômica de Portugal sejam uma medida eficaz. Nem tão pouco consideramos necessária a medida radical do envio de tropas da ONU para o nosso país. Pensamos que uma medida eficaz seria a prestação de uma ajuda concreta, moral, política, financeira e material à nossa luta de libertação, por parte da ONU. Estamos prontos a estudar com as entidades

competentes os processos e modalidades de que se poderia revestir essa ajuda, sobre a base do principio de que lutando pela Libertação do nosso país do jugo colonial, nós defendemos a causa da ONU".

A VIA PACIFICA

Por fim, foram as seguintes as propostas apresentadas pelo secretário geral do PAI:

"Na base da nossa confiança nesta Organização" (a ONU) e na influencia que alguns dos seus componentes podem ter sobre a atitude do governo português, partimos do principio da viabilidade de uma de duas alternativas e, por isso, apresentamos as propostas seguintes. Contato imediato entre a delegação portuguesa e a nossa: consulta ao governo português, para fixação de uma data próxima para abertura de negociações entre os seus representantes e os legítimos representantes da Guiné e Cabo Verde; até a realização das negociações, cessação dos atos de repressão por parte das forças coloniais portuguesas e de todas as ações por parte dos nacionalistas. Da nossa parte, estamos prontos para os contactos e para as negociações, com ou sem intermediários. Declaramo-nos ainda prontos a negociar em qualquer local, inclusive em Portugal. No contato a estabelecer no seio da ONU, poderiam ser traçadas, após sondagens as linhas mestras das nossas reivindicações imediatas no sentido da auto-determinação do nosso povo e da acessão do nosso país à independência nacional. Em alternativa, (propomos) a aceitação do principio de que a ajuda da ONU só seria verdadeiramente eficaz se realizada simultaneamente nos planos moral, político, financeiro e material; criação imediata, pela ONU, de uma "Comissão Especial para a Auto-determinação e a Independência Nacional dos Territórios Administrados por Portugal"; iniciação imediata dos trabalhos dessa Comissão, antes do fecho da presente sessão da Assembléia Geral, para estudar as modalidades e os processos de ajuda a prestar tanto ao povo da Guiné e Cabo Verde como aos outros povos que lutam contra o colonialismo português. Da nossa parte, estamos prontos a dar a melhor colaboração à Comissão proposta ou a qualquer outro organismo da ONU que tenha como missão ajudar concretamente o nosso povo a libertar-se urgentemente do jugo colonial."

Dias depois deste depoimento ter sido prestado e alarmado com a continuação das barbaridades praticadas pelas tropas salazaristas, o secretário geral do P.A.I. publicou o comunicado de que extratamos os seguintes passos:

"O governo português continua não só a desprezar as aspirações legítimas do nosso povo à liberdade, à democracia e ao progresso, mas também a responder por uma repressão violenta a todas as manifestações destas aspirações. Perante a violência cada dia maior e os crimes praticados pelas forças colonialistas no nosso país, somos obrigados a recorrer a todos os meios para defender a vida de nossas populações e para lutar pelo respeito do nosso direito à auto-determinação e à independência nacional. Esta necessidade está na origem dos acontecimentos desenvolvidos na Guiné "portuguesa" no corrente mês de dezembro e sobre as quais a própria imprensa e a própria rádio portuguesa não podem fazer silêncio. Ainda recentemente o nosso Partido reafirmou perante a Assembléia Geral da ONU, no decurso da XVII sessão, a vontade sincera do nosso povo de resolver pacificamente, por meio de negociação, o conflito que o opõe ao governo português. Mas o nosso Partido também reafirmou perante a ONU e a opinião mundial a nossa firme determinação de sermos livres e independentes, quaisquer que sejam o preço e os meios necessários." (...) "De qualquer modo, não haverá senão uma solução: a liquidação total do jugo colonial no nosso país."

A "SOLUÇÃO" SALAZARISTA

Dias depois deste depoimento ter sido prestado e alarmado com a continuação das barbaridades praticadas pelas tropas salazaristas, o secretário geral do P.A.I. publicou o comunicado de que extratamos os seguintes passos:

"O governo português continua não só a desprezar as aspirações legítimas do nosso povo à liberdade, à democracia e ao progresso, mas também a responder por uma repressão violenta a todas as manifestações destas aspirações. Perante a violência cada dia maior e os crimes praticados pelas forças colonialistas no nosso país, somos obrigados a recorrer a todos os meios para defender a vida de nossas populações e para lutar pelo respeito do nosso direito à auto-determinação e à independência nacional. Esta necessidade está na origem dos acontecimentos desenvolvidos na Guiné "portuguesa" no corrente mês de dezembro e sobre as quais a própria imprensa e a própria rádio portuguesa não podem fazer silêncio. Ainda recentemente o nosso Partido reafirmou perante a Assembléia Geral da ONU, no decurso da XVII sessão, a vontade sincera do nosso povo de resolver pacificamente, por meio de negociação, o conflito que o opõe ao governo português. Mas o nosso Partido também reafirmou perante a ONU e a opinião mundial a nossa firme determinação de sermos livres e independentes, quaisquer que sejam o preço e os meios necessários." (...) "De qualquer modo, não haverá senão uma solução: a liquidação total do jugo colonial no nosso país."

A «Opus Dei» em Portugal

RAUL MENDES SILVA

As greves fenomenais que ainda este ano se desencadearam na Espanha atacavam o governo de Franco. E vimos frequentemente citado, ao lado do nome do ditador, um outro, para muita gente desconhecido: Opus Dei. As forças populares e os católicos liberais acusaram a Opus Dei de ser o maior culpado do obscurantismo do povo espanhol. Muitos sacerdotes condenaram o sistema, classificando-o de governo da Opus Dei sob a capa de Franco. Que poder é esse, capaz de manter esse tal estado de coisas em uma nação tão grande e de tão gloriosas tradições revolucionárias?

Dezenas de anos atrás, Escrivá um religioso místico à maneira medieval, pediu ao papa autorização para fundar uma "ordem laica". Nessa ordem os membros embora não fossem sacerdotes, deviam observar a castidade e a pobreza. A intenção era a de formar quadros de alto valor intelectual e os colocar progressivamente nas arquiteturas governamentais. Em Espanha o processo pegou como fogo num dia de estio... Em breve a Opus Dei abriu as suas portas a membros casados (conseguindo assim uma interpretação lata da castidade) e se tornou menos rígida quanto ao programa da pobreza. Quanto a outros países, a Opus Dei não logrou penetração. Em Inglaterra foi proibida de instalar colégios, nomeadamente em Oxford e Cambridge, em França, Bélgica e Alemanha é totalmente

desconhecida e quase ineficaz. Errática é desnecessária. E em Portugal?

O sigilo manteve-se durante uma dezena de anos. Chegaram a Portugal vários sacerdotes da Opus Dei e certos professores e assistentes de Universidades espanholas foram misteriosamente convidados para ensinar em Universidades portuguesas. Instalaram uma casa nos arredores de Lisboa e outras em Coimbra e Porto. Ao mesmo tempo iniciaram o ataque, inteligente e calculado. A Opus Dei tem os seus agentes religiosos ou simpatizantes em muitos locais de ensino até em Luanda e Lourenço Marques! Quando estes agentes veem um estudante de valor prestes a concluir o curso dos liceus aconselham-no, ou aos pais, a se dirigir a uma casa de amigos quando vier para a Universidade. Nessa casa de amigos ele poderá estudar e a mensalidade é barata... Esta elite de estudantes é assim canalizada para as instalações de Lisboa, Porto e Coimbra, locais onde existem as Universidades do país.

O estudante sente-se um pouco atordoado. A primeira impressão é que conhece um luxo que naturalmente não teve em casa. Muitos dos estudantes vêm até de famílias relativamente pobres. Não só as refeições são servidas por criadas de avental e touca branca, como tomam conhaque e café a seguir às refeições, na sala de fumo. Os seus quartos estão instalados com um luxo magnífico, quadros a óleo nas paredes e passadeiras sumptuosas nas escadas. A par disto, os outros estudantes vivem em casas miseráveis, apenas tendo direito a um banho de chuveiro por semana, pagando mensalmente altas e sofrendo os horrores de uma alimentação que nada favorece o trabalho intelectual. E fato absolutamente comum um estudante cheio de fome, durante as suas horas de estudo, ter de comer pão seco e um copo de vinho para enganar o apetite.

No entanto, as mensalidades da Opus Dei ficam ao mesmo preço da do estudante que vive miseravelmente. A vida imposta ao novo hóspede da casa é normal. Mas em breve ele é surpreendido com a notícia de que deve frequentar a missa diária, às sete e meia da manhã. Todos os membros mais antigos lá vão (a capela é numa

grande divisão das casas, e a missa celebrada por um dos sacerdotes que habitualmente para entre eles). Depois da missa segue-se um processo de conversão. Se, porém, o estudante não se adequa a estas medidas, não é aceite no ano seguinte. Desta forma, vão se guiando o seu curso normal aqueles que se adaptam. Imaginemos agora a situação do rapaz que se vê na perspectiva de ter de voltar à vida pobre e miserável do estudante vulgar... Quer dizer, o processo é simples, limita-se a criar uma vida grande-burguesa num jovem. Em nome desta ele será capaz de trair muita coisa, mesmo a sua própria condição de filho de camponeses. Os hábitos da burguesia rica são difíceis de desenraizar.

A etapa seguinte é a colocação dos licenciados em altos cargos. O ministério dos Negócios Estrangeiros, o do Interior, o da Justiça, todos eles estão já penetrados pela Opus Dei. O antigo ministro da Economia Daniel Barbosa o tenente reitor da Universidade de Coimbra, Braga da Cruz são dois das dezenas de exemplos que se poderiam citar. A Opus Dei atua também por pressão sobre o poder do capital. No ano passado promoveu uma reunião de capitalistas exigindo de mão beijada uma participação nas ações, para a compra de um conhecido banco que abrisse filial na cidade do Porto. Pertencem atualmente aos quadros da Opus Dei portuguesa muitos jovens universitários, embora o número tenha declinado vertiginosamente desde 1959 ou 60.

O reinado desta maçonaria de sinal contrário está a desaparecer na Espanha. E' o próprio clero que sente e sofre com o povo marginalizado, quem lhe vai dar o golpe de morte. Em Portugal também os sacerdotes católicos não vão tolerar que a Igreja se continue a meter em política e estão já expulsando os vendilhões do Templo.

Não é ao acaso que citamos estes fatos. Quem duvidar da sumptuosidade destas instalações para estudantes poderá ver os palacetes de Miramar (para os membros passarem férias à beira do mar) e da Avenida Bissau Barreto, em Coimbra.

A Opus Dei, como a Concordata com a Santa Sé, não são mais que uma manobra para tirar a liberdade à Igreja, debaixo do disfarce de lhe conceder regalias.

O terror... 31 de Janeiro

(Continuação da pág. 4)

NO SEIXAL — No dia 8 de dezembro os operários da Siderurgica do setor da laminação não compareceram ao trabalho no turno da noite, em sinal de protesto por não haverem recebido as horas extraordinárias com os aumentos previstos pela lei. O diretor tentou recorrer ao emprego da força, mas os seus intuídos fracassaram. Verificando que os operários não se amedrontavam, cedeu, ordenando que as quantias em dívida fossem pagas.

EM LISBOA — Em outubro, os descarregadores da Empresa Geral de Transportes fizeram greve exigindo um aumento de cinco escudos diários. Os proprietários da empresa apelaram para a PIDE e despediram todos os grevistas. A luta pela readmissão prossegue e o ambiente na empresa é de permanente tensão.

NO PORTO — Mercê de uma luta tenaz e corajosa que durou oito meses, os operários dos Transportes Coletivos do Porto (Carris) foram aumentados em cinco escudos por dia e 10 por cento sobre o salário que vinham recebendo. E' sintomática a atitude do presidente da comissão administrativa do Sindicato. Durante a luta desempenhou permanentemente o papel de agente patronal; agora, em face da vitória dos trabalhadores, procura apresentar-se como seu "amigo" e "protetor". Ninguém se ilude, porém. Foi a unidade magnífica da corporação inteira e a firmeza com que enfrentou ameaças e violências que tornou possível a grande vitória alcançada.

FORTALECE-SE O MOVIMENTO CAMPONES

Também no campo faz progressos a luta desencadeada pelos trabalhadores no sentido da satisfação das suas reivindicações mais imediatas. Em todo o Alentejo, a campanha pela jornada das oito horas alastra cada vez mais. Em Montemor do Novo, depois de várias concentrações na Casa do Povo, um numeroso grupo de camponeses sem terra conseguiu que lhe fosse distribuído trabalho nas estradas com o horário de OITO HORAS e o salário de 22 escudos. Muitos deles há quase quatro meses que não ganhavam um tostão, pois, com uma coragem admirável, recusaram sempre todas as propostas na base do horário de nove horas.

Com a presença de numerosos democratas brasileiros, espanhóis e portugueses, o Centro Republicano Português de São Paulo comemorou, no dia 31, o 72.º aniversário da primeira revolução republicana em Portugal, tendo o prof. Jorge de Sena proferido uma palestra, alusiva àquela data. No domingo seguinte, encerrando o programa de comemorações do 31 de Janeiro, o Centro ofereceu uma festa que constou da apresentação de diversos números folclóricos e de um magusto.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL

Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes; Manuel Ferreira Moura.

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 — Telefone: 43-5110

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Av. Dantas Barreto, 564 - 9.º sala 908

CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa - 67

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Almeida Av. Visconde de Caupe, 2.853 Fortaleza — Ceará

CAXIAS: Manuel da Costa (Maneca) — Caixa Postal, 114 — Caxias (Estado do Rio)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128 Distrito 5 - Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konecova, 160 — Ziskov — Praga —

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmiento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso: Cr\$ 20,00

Assinatura anual: Cr\$ 600,00
Ass. p/ o Exterior: US \$ 5,00
porte aéreo

Ano VIII - N.º 69 - Fev.-Mar. 63

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

«Portugal Democrático»

Correspondendo ao apelo que publicamos em nosso último número, alguns leitores apressaram-se a enviar-nos a importância das suas assinaturas para o ano corrente. O problema da ajuda material — voltamos a repeti-lo — é para PORTUGAL DEMOCRATICO uma questão de sobrevivência. Em face do alarmante aumento de despesas, devido tanto à própria expansão do jornal como à alta do preço do papel e dos serviços de composição e impressão, PORTUGAL DEMOCRATICO atravessa uma situação financeira difícil. Só os nossos amigos nos podem ajudar a vencê-la. O pagamento em dia das assinaturas é, sem dúvida, uma contribuição valiosa. Mas não basta. Todos os democratas que têm possibilidade de o fazer devem auxiliar-nos com contribuições mensais regulares ou com donativos extraordinários. Lembramos, a propósito, que a assinatura anual para o Brasil custa presentemente Cr\$ 600,00 e a assinatura para o Exterior (aérea) US\$ 5,00. Todas as remessas devem ser feitas em nome de PORTUGAL DEMOCRATICO, Rua Conselheiro Furtado 191, S/2, Caixa Postal 4469, São Paulo.

Quarteis para Fuzileiros Navais

Em Bissau, Santo António do Zaire e Porto Amélia vai ser iniciada a construção de aquartelamentos destinados a unidades de fuzileiros navais que terão como base aquelas cidades da Guiné, Angola e Moçambique. E' significativo o fato de Porto Amélia estar a ser transformada pelas autoridades militares fascistas em verdadeira praça forte. A impressão de que o Norte de Moçambique é um "barril de pólvora" com firma-se cada dia mais. O custo dos três quartéis será de 8690 contos.

Apoio financeiro a Conferência

Publicamos abaixo os nomes dos democratas que nos entregaram ultimamente, as suas contribuições, destinadas a ajudar financeiramente a realização da Conferência de Paris:

MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO FINANCEIRO DE AJUDA A CONFERENCIA DE PARIS

ENTRADAS		SAIDAS	
	Cr\$		Cr\$
Transporte do n.º anterior	1.232.194,00	Transporte do n.º anterior	1.198.063,60
Novos donativos		Correspondência conforme Doc. n.º 19, anexo	199,60
Maria Irolinda	1.000,00	TOTAL saído	1.198.263,20
Venda de flâmulas alusivas à Conf. rem. por Portuguesa Canadian Democratic Association (\$12,50 ao câmbio)	9.875,00	Saldo em Caixa	71.415,40
Venda de flâmulas — Com. S.P.	600,00		
Um republicano	20.000,00		
Manuel Ferreira	1.000,00		
Anónimo	500,00		
Português	1.000,00		
Dr. João Bento V. Silva Neto	500,00		
Antonio B. Pires da Rocha	500,00		
Luiz de Almeida	200,00		
Francisco José Alexandre	100,00		
Sérgio R. da Silva	100,00		
Mourão T. Carvalho	500,00		
Antonio Francisco de Souza	100,00		
Arnaldo Luiz Velo	100,00		
Milton de Souza Bastos	500,00		
Faustino de Souza Bastos	500,00		
Manuel (português)	200,00		
Daniel (democrata)	200,00		
TOTAL recebido	1.269.669,00	TOTAL	1.269.669,00

São Paulo, 8 de Fevereiro de 1963
Pela Comissão Executiva e Comissão para a Anistia da U.D.P.
Augusto Aragão — Joaquim Quitério — Helder Costa — Manuel Sertório — João Manuel Tito Moraes — Maria Archer, Antonio Fonseca — Miguel Urbano Rodrigues — Silvério da Costa Lettra.

O Tesoureiro da Comissão
Alexandre Pereira

Conclusões e Resoluções da Conferência das Forças Anti-Facistas

Representantes de forças da Oposição anti-fascista portuguesa reunidos, algures na Europa de 19 a 21 de dezembro de 1962, para procederem a uma análise da situação política nacional e das incidências da conjuntura internacional nas perspectivas e desenvolvimento da luta anti-fascista unitária, estudaram meios de ação adequados a uma melhor estruturação da luta contra o governo fascista de Salazar e aprovaram as seguintes conclusões, recomendações e resoluções.

1. Debatendo o problema da organização nacional anti-fascista, os participantes, de acordo com a necessidade de estruturar o movimento de unidade no interior consideraram:

a) que é de manter e reforçar a organização das Juntas de Ação Patriótica e da Junta Patriótica Central (organismo superior de coordenação da atividade dos diversos setores da Oposição) pela sua importância para a unidade das forças democráticas no interior e pelo prestígio que conquistaram nos meios democráticos no estrangeiro;

b) que entretanto é necessário tornar a Junta Patriótica Central um organismo mais representativo mais estável, de funcionamento permanente, capaz de dirigir com maior eficiência o movimento nacional contra a ditadura fascista;

c) que todas as forças democráticas devem fazer um esforço para estruturar à escala nacional a organização das JAP;

d) que seria útil adotar para o conjunto do movimento democrático constituído pelas JAP a designação de "Frente Patriótica de Libertação Nacional";

e) que se torna necessária a formação de um Conselho da Frente Patriótica de Libertação Nacional, bastante mais amplo que a Junta Patriótica Central, constituído por democratas que lutam no interior e por outros que atuam no estrangeiro. Conselho que, sem necessidade, realize reuniões plenárias, possa agir como organismo consultivo em relação às grandes linhas de ação política do movimento unitário;

f) que é indispensável que a FPLN disponha, para desenvolvimento da sua ação de recursos técnicos e financeiros, quadros profissionais, meios de imprensa, etc.;

g) que a organização dos militantes anti-fascistas tem decisiva importância dado que sem uma forte organização nas forças armadas é difícil encaixar a viabilidade de uma revolução vitoriosa contra a ditadura fascista.

Por isso se torna indispensável que a FPLN e cada um dos agrupamentos democráticos empreendam a formação de uma forte organização nas forças armadas, enquadrada na FPLN, com relativa autonomia e meios adequados para o desenvolvimento da sua ação;

h) que as JAP, como organismos da FPLN, devem constituir a organização política clandestina à qual caberá a direção geral do movimento anti-fascista em todas as suas formas de atuação;

i) que é fundamental para o desenvolvimento do movimento democrático, no sentido da criação de uma situação favorável a uma ação decisiva para derrubar o governo fascista, a mobilização popular para as mais variadas formas de luta legal e ilegal, no terreno das reivindicações económicas, políticas e de natureza cultural. As JAP deverão tomar iniciativas para a criação de organizações e organismos que dirijam as lutas legais e semi-legais e cooperar com aqueles que venham a ser criados sem a sua intervenção;

j) que são de encerrar, em conjugação com o movimento popular de massas, ao serviço deste e com o objetivo de o estimular, ações de tipo especial de agitação, defesa e auto-defesa, e mesmo ações ofensivas contra o aparelho de repressão e propaganda fascista, para o que a FPLN deverá promover a criação de organismos adequados submetidos à direção política das JAP.

2. Os participantes consideram que o esforço de cada um dos partidos agrupamentos e setores aderentes à FPLN constitui uma importante contribuição para o fortalecimento do movimento unitário e de toda a luta nacional contra a ditadura fascista.

3. Analisando a atividade da Oposição no Exterior os participantes entendem ser necessário constituir no estrangeiro uma Comissão Delegada da FPLN, ligada ao movimento do interior e sob a direção da Junta Patriótica Central.

Essa Comissão representativa do movimento unitário do interior promoverá:

a) contatos, ligações e diligências no interesse geral do movimento;

b) formas práticas de ajuda à luta do povo português;

c) a edição no estrangeiro de publicações informativas da FPLN e a instalação de uma emissora da FPLN.

Os participantes sublinham que depende estreitamente do reforço, estruturamento e atividade regular das JAP, a possibilidade de uma atuação politicamente correta e eficiente da Comissão, sendo também indispensável que se solucionem questões técnicas de ligação, financeiras e outras.

Sujeitando esta iniciativa à aprovação da Junta Patriótica Central deliberam entretanto constituir desde já a título provisório uma tal Comissão que começará os trabalhos preparatórios.

4. Os participantes consideram que o esclarecimento e a mobilização da opinião pública nos países estrangeiros deve continuar a caber no fundamental, à iniciativa das organizações de democratas portugueses em cada país, tendo em conta as condições aí existentes.

5. Apreciando o problema colonial os participantes chegaram às seguintes conclusões, sobre as quais entendem ser necessárias urgentes consultas com setores não representados na Conferência:

Apoio de democratas portugueses do Brasil

Publicamos abaixo o texto de um comunicado distribuído à imprensa em São Paulo por um grupo de democratas portugueses no dia 26 de janeiro passado:

Democratas portugueses de São Paulo (Brasil) reunidos na sede da Unidade Democrática (UDP), considerando a realização, na última quinzena de dezembro p.p., num país da Europa Ocidental, da Conferência de Forças Anti-fascistas Portuguesas, vêm publicamente congratular-se com esta importante vitória sobre o regime fascista português e declarar o seu apoio às recomendações e resoluções emanadas daquela reunião de representantes da Oposição portuguesa.

Consideram ainda oportuno chamar a atenção da emigração portuguesa do Brasil e da Opinião pública brasileira e internacional para os seguintes pontos:

1 — Durante os trabalhos da aquela Reunião foi feita uma análise objetiva e patriótica da atual situação política portuguesa, acima de quaisquer divergências de ordem ideológica ou partidária, a qual levou a uma inequívoca unanimidade de pontos de vista sobre a necessidade de incrementar a participação de todas as forças populares numa base de estreita unidade de ação revolucionária.

2 — Foi oficialmente anunciada a formação de uma Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), bandeira de unidade revolucionária antifascista.

3 — Foi declarado, também, de forma inequívoca, o apoio de todas as forças antifascistas portuguesas às Juntas de Ação Patriótica já existentes em Portugal e reconheceu-se como executivo supremo de todas as correntes democráticas portuguesas, a Junta Patriótica Central.

Em função do que relatamos, assumimos o compromisso de tudo fazer para o reforçamento da unidade antifascista dos democratas portugueses do Brasil, de modo a contribuímos de forma decisiva para o incremento da luta de libertação do Povo Português.

São Paulo (Brasil), 26-Jan-1963
João Sarmiento Pimentel, Augusto Aragão, Victor da Cunha Rêgo, Francisco Sarmiento Pimentel, Armando Blanco, Antonio Bidarra Fonseca, Miguel Urbano Rodrigues, João Manuel Tito de Moraes.

a) consideram que o movimento unitário da Oposição deve reafirmar o reconhecimento do direito dos povos das colônias portuguesas à auto-determinação e à independência;

b) consideram que as forças democráticas e patrióticas portuguesas devem intensificar a sua ação contra a política colonial de Salazar que conduz Portugal a uma catástrofe nacional e lutar por uma solução justa do problema colonial, defendendo:

1) a cessação imediata das operações militares em Angola e retirada das tropas expedicionárias;

2) a necessidade de abertura de negociações com as organizações nacionalistas africanas;

3) o estabelecimento das liberdades democráticas nas colônias portuguesas, nomeadamente a liberdade de atuação política dos movimentos nacionalistas;

4) a libertação de todos os presos políticos das colônias portuguesas.

c) consideram necessário na luta comum contra a ditadura fascista e colonialista de Salazar o estabelecimento de contatos regulares da FPLN com as organizações nacionalistas das colônias portuguesas e, sempre que possível, a cooperação e a negociação.

6. Abordando o problema do Mercado Comum Europeu os participantes concordaram na seguinte linha de atuação prática:

a) lutar contra a entrada do governo de Salazar no Mercado Comum;

b) nada prometer ou insinuar quanto à posição de um futuro governo democrático português em relação ao Mercado Comum, sublinhando que caberá amanhã ao povo português decidir livremente, deste como de outros aspectos da política nacional.

Repercussão no Uruguai

Os democratas portugueses residentes no Uruguai, conscientes do momento que vive a nossa Pátria e querendo corresponder prontamente ao apelo à unidade atuante lançado pela recente Conferência de Forças Anti-fascistas portuguesas, de que resultou a Frente Patriótica de Libertação Nacional, resolveram proceder à fusão das organizações anti-salazaristas existentes (que eram a Agrupação de Portugueses Democratas e o Comité de Portugueses Anti-fascistas), tendo fundado, em 19 de janeiro passado, a Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai.

O Comité Executivo Provisório da J.P.P. do Uruguai ficou assim constituído: Bernardino Marques do Vale (presidente), Joaquim Mendes Mendes (secretário geral), Aurélio Branco Martins (secretário para a imprensa e relações sociais) e Luis Panasco (secretário para as finanças). Além de uma Comissão de Finanças, foi criada uma Comissão Política, composta pelos companheiros Joaquim Lopes Mendes, Aurélio Martins, Maria Luísa Silva Neves e Joaquim Aires.

Num primeiro comunicado dirigido aos democratas portugueses e à opinião pública, a J. P. P. do Uruguai manifesta o seu "apoio incondicional à Frente Patriótica de Libertação Nacional e a sua disposição de atuar em perfeita coordenação com os organismos superiores da Oposição Democrática", declarando-se empenhada em "fazer conhecer a nossa realidade política e obter apoio e solidariedade dos povos da América Latina para a luta do povo português".

Termina o comunicado da J.P.P. do Uruguai com um ardente apelo a todos os compatriotas residentes naquele país para que cooperem com esta causa, que é de todos os portugueses patriotas e progressistas.

GENERAL HUMBERTO DELGADO

O gen. Humberto Delgado, cujo passaporte não lhe foi concedido a tempo de comparecer na Conferência de Forças Anti-fascistas, fez-se nela representar por um dos participantes e prestou anteriormente o seu acordo à generalidade das resoluções tomadas.

Publicamos abaixo, com a anuência do General, a carta que lhe foi dirigida pelos participantes na Conferência.

Exmo. Senhor General Humberto Delgado:

Os participantes na Conferência de Forças Anti-fascistas Portuguesas reunidos, algures na Europa, de 19 a 21 de dezembro de 1962, para estudarem as condições de intensificação da luta do Povo Português contra o governo fascista de Salazar, lamentam que Vossa Excelência não tivesse tido possibilidade de participar nos trabalhos da Conferência, a que teria certamente dado uma importante contribuição, e saudam em V. Excia. o valoroso dirigente da Oposição.

Solicitam a V. Excia. lhes faça conhecer acerca das conclusões, recomendações e resoluções da Conferência, os seus pontos de vista, que serão indispensáveis para a correta execução das mesmas. Renovando as nossas melhores

Saudações Anti-fascistas

ULTIMA HORA

Situação explosiva e confusa na Guiné

BISSAU (Do Correspondente) — A tensão que vinha reinando nesta colônia agravou-se nas últimas semanas em consequência dos

repetidos incidentes fronteiriços e dos audaciosos golpes de mão desfechados pelas forças nacionalistas no interior do território guineense. A situação é agora verdadeiramente explosiva, e as autoridades civis e militares fascistas não escondem mais o seu receio de verem a Guiné transformar-se num campo de batalha. Devido a rigorosa censura estabelecida a todas as notícias de proveniência militar, não se sabe exatamente qual o montante das baixas sofridas pelas tropas portuguesas nos últimos encontros com os comandos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, mas admite-se que elas sejam bem mais elevadas do que Lisboa anuncia. Só na região de Fulacunda, segundo o PAIGC, teriam sido mortos 20 soldados portugueses. O Ministério da Defesa, entretanto, comunica apenas a perda de seis homens.

Patriotas presos em Lisboa

LISBOA (Do Correspondente) — Em nota oficiosa fornecida aos jornais no dia 10 de Fevereiro, o governo fascista de Salazar informou que a PIDE, em colaboração com a Polícia de Segurança Pública, prendeu quatro dirigentes do Partido Comunista Português e a esposa de um deles. Tratar-se-ia dos patriotas Rolando Verdial, membro do Comité Central, Adelino Silva, Jaime Goes e Gilberto Ferreira, cuja esposa teria sido detida simultaneamente.

Segundo o comunicado salazarista que anuncia as prisões, os referidos democratas vinham desen-



NIKIAS SKAPINAKIS, cujo estado de saúde é bastante delicado, devido aos maus tratos recebidos

volvendo, na clandestinidade, intensa atividade no sentido de reforçar e aperfeiçoar a rede nacional de "Juntas de Ação Patriótica", que congregam no seu seio elementos anti-fascistas de todas as tendências políticas. As autoridades mostram-se especialmente preocupadas com a adesão de crescente número de católicos à organização unitária que cobre hoje todo o país. Esclarece ainda a nota que prossegue o inquerito contra dois membros das Juntas Patrióticas, o dr. Gilberto Ramos e o pintor Nikias Skapinakis, preso há tempos quando abandonou a Embaixada do Brasil onde se encontrava adiante.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Com. Portugal, 101, CP. 449 — SP. Brasil
Endereços de Assinantes